COLLECCÃO
DE
LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES
DA
PROVÍNCIA DO MARANHÃO.
1852.
ÍNDICE DAS LEIS PROVINCIAIS
DA
ASSEMBLEIA DO MARANHÃO.
1852.

N.º 317.—Lei de 14 de Setembro. Marca o subsídio dos Deputados Provinciais na Legislatura de 1854 e 1855.----------------------------- 3
N.º 318.—Lei de 14 de Setembro. Estabelece para o patrimônio da Câmara Municipal do Cururupú as ilhas situadas ao longo da costa da mesma Villa, compreendidas nos seus limites.--------------------------- 4
N.º 319.—Lei de 14 de Setembro. Determina o prazo em que devem ser extrahidas as loterias concedidas a benefício do Convento de Santo Antonio da Capital.------------------ 6
N.º 320.—Lei de 14 de Setembro. Approva as posturas da Câmara Municipal do Itapucurú—mirim.----------------------------------------- 7
N.º 321.—Lei de 14 de Setembro. Approva as posturas da Câmara Municipal da Villa de Guimarães.------------------------------- 9
N.º 322.—Lei de 2 de Outubro. Fixa a força policial para o anno financeiro de 1853 a 1854.------------------------------------------ 10
N.º 323.—Lei de 2 de Outubro. Dezaanexa a Freguesia da Chapadinha do Munícipio do Brejo e torna a encorporal-a como dantes ao da Vargem—Grande.------------------- 11
N.º 324.—Lei de 2 de Outubro. Approva o Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cana Verde da Capital.----------------- 12
N.º 325.—Lei de 2 de Outubro. Orça a receita e fixa a despesa da Santa Casa da Mizericordia no anno de 1853.------------------- 24
N.º 326.—Lei de 2 de Outubro. Concede à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Capital uma loteria de vinte contos de reis

N.º 327.—Lei de 2 de Outubro. Autoriza o Presidente da Província a despender, desde já, a quantia de 800$000 reis para auxiliar a abertura de uma estrada dos campos de Pae Simão da Villa do Rosario aos do Resfriado no Icatú

N.º 328.—Lei de 12 de Outubro. Divide em duas a Comarca de Caxias, sendo composta a nova do—Alto mearim—dos Termos do Codó e Coroatá

N.º 329.—Lei de 14 de Outubro. Dezigna o logar e tempo da reunião da Assemblea Provincial

N.º 330.—Lei de 14 de Outubro. Encorpora à Comarca de Guimarães todo o território compreendido entre os rios Tury e Gu-rupy

N.º 331.—Lei de 14 de Outubro. Approva o Compromisso da Irmandade da Bemaventurada Virgem e Martyr S. Philomena do Itapucurú—mirim

N.º 332.—Lei de 14 de Outubro. Orça a receita e fixa a despeza provincial para o anno financeiro de 1853 a 1854

N.º 333.—Lei de 14 de Outubro. Approva posturas da Camara Municipal da Cidade de Alcantara

N.º 334.—Lei de 14 de Outubro. Approva posturas da Camara Municipal do Codó

N.º 335.—Lei de 14 de Outubro. Approva posturas da Camara Municipal da Villa do Rosario

N.º 336.—Lei de 14 de Outubro. Approva posturas da Camara Municipal da Capital
Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, Primeiro Vice-Prezidente da Província do Maranhão. Faz o saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º Os Membros da Assembleia Legislativa Provincial, durante a legislatura de 1854 a 1855, vencerão o mesmo subsídio e indenização anual para as despesas de ida e volta, que percebem os da actual legislatura, conforme a Lei Provincial n.º 242 de 13 de Setembro de 1848.

Art. 2.º Ficam revogadas as Leis e disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como neela se contêm. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Maranhão quatorze de Setembro de mil oitocentos e cincocenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Imperio.

Manoel de Sousa Pinto de Magalhães.

Estava o Sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excelência manda
executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provin
cial, marcando o subsídio, e indemnisuação annual para
as despesas de ida e volta dos Membros da mesma As
sembléia, durante a Legislatura de 1854 á 1855, como
acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

Augusto Cesar dos Reis Raiol a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do
Maranhão em 14 de Setembro de 1852.—O Secretario
interino,

João Rufino Marques.

Registrado a fl. 1 do Livro 3.° de Leis e Resoluções
da Assembléia Legislativa Provincial. Secretaria da
Provincia do Maranhão 14 de Setembro de 1852.

Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 318—DE 14 DE SETEMBRO DE 1852.

Manciel de Sousa Pinto de Magalhães, Primeiro Vice-
Presidente da Provincia do Maranhão. Faço saber a
todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa
Provincial decretou e en sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.° As ilhas situadas no longo da costa da
Villa do Cururupú, que estiverem comprehendidáis den-
tro da extensão de seus respectivos limites, estabele-
cidos pela Lei Provincial n. 120 de 30 de Outubro de
1841, pertencem ao patrimônio da Camara Municipal
da mesma Villa.

Art. 2.° A cobrança porém das multas, foros e im-
posições municipaes, devidas, até o tempo da promul-
gação da citada Lei Provincial, por pessoas que resi-
daão nas referidas ilhas, será feita pela Camara Munici-
principal da Villa de Guimarães, à qual pertence de direito o produto dessas multas, foros e imposições.

Art. 3.º Ficão revogadas as leis e disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Província a faça imprimir publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão quatorze de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

MANOEL DE SOUSA PINTO DE MAGALHAENS.

Estava o Sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, estabelecendo para o patrimônio da Camara Municipal da Villa do Cururupú as ilhas situadas ao longo da costa da mesma Villa, que estiverem comprehendidas dentro da extensão dos seus respectivos limites, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

Augusto Cesar dos Reis Raiol a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província de Maranhão 14 de Setembro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.
LEI N. 319—DE 14 DE SETEMBRO DE 1852.

Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, Primeiro Vice-Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º As loterias, de que tracta a Lei n. 263 de 12 de Dezembro de 1849 serão extrahidas no prazo nesta marcado, não obstante a preferencia que a Lei n. 286 de 4 de Dezembro de 1850 concede às loterias, que decretou em beneficio das Matrizes da Província.

Art. 2.º Os reparos do edificio do Convento, á benefício do qual foram concedidas as ditas loterias, serão dirigidos pelo seu respectivo Guardião, sob a inspecção do Director das obras publicas.

Art. 3.º O producto liquido das referidas loterias será entregue a uma pessoa nomeada pelo Governo, a qual pagará a importância dos materiaes comprados para a obra do Convento, e as folhas dos operarios e serventes nella empregados depois de rubricados pelo respectivo Guardião.

Art. 4.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

MANOEL DE SOUSA PINTO DE MAGALHAENS.

Estava o sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, determinando o prazo em que devem ser extrahi-
das as Loterias concedidas à benefício dos reparos do Convento de Santo Antonio desta Cidade, bem como o modo da aplicação do producto dellas e a direcção dos mesmos reparos como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Cesar dos Reis Raiol a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 14 de Setembro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin

---

LEI N. 320.—DE 14 DE SETEMBRO DE 1852.

Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, Primeiro Vice-Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal do Itapuquirú—mirim, decretou a Lei seguinte:

Art. 1.° Não se poderá matar gado para consumo nos mesmos dias destinados para a venda de carne verde, e só é permitido fazê-lo pelas cinco horas da tarde do dia antecedente, e com assistência do Fiscal e mais Empregados do Açougue.

Aos contraventores multa de cinco mil reis, e o dobro nas reincidencias.

Art. 2.° As carnes verdes, que forem recolhidas aos talhos publicos ou particulares, serão ali penduradas em ganchos de ferro bem limpos. Os ditos talhos
deverão ser fechados com grades de ferro ou de madeira, que permitam o fácil ingresso do ar.

Aos contraventores multa de cinco mil reis, e o dobro nas reincidências.

Art. 3.º Fica revogada a segunda parte do art. 21 das posturas aprovadas em 17 de Fevereiro de 1831.

Art. 4.º Ficam revogadas as Leis e disposições em contrário.

Mando, por tanto, á todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provínccia a faça impri- primir, publicar e correr. Palacio do Governo do Ma- ranhão em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Manoel de Sousa Pinto de Magalhãens.

Estava o sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provin- cial, approvando as posturas da Camara Municipal do Itapucurú-mirim, acima declaradas.

Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Cesar dos Reis Raiml a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provínccia do Maranhão em 14 de Setembro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.

Registrada a fl. 2 do Livro de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial. Secretaria da Pro- vincia do Maranhão 14 de Setembro de 1852.

Roberto Augusto Colin.
LEI N. 321—DE 14 DE SETEMBRO DE 1852.

Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, Primeiro Vice-Presidente da Provincia do Maranhão. Faz saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal de Guimarães, decretou a Lei seguinte:

Art. 1.º Por cada curral de pesca, que se levantar nas praias, rios e igarapés deste Município pagar-se-ha de licença á Câmara a taxa de mil reis; por cada cambóa a de dez mil reis, e por cada salina a de cinco mil reis.

Art. 2.º Depois de levantados os estabelecimentos, de que tracta o artigo antecedente, só ficão seus donos sujeitos á taxa annual de trez mil e duzentos reis por cada cambóa e de dois mil reis por cada salina. Esta disposição comprehendêa igualmente os estabelecimentos já existentes, ficando assim reformada a disposição do art. 12 da Lei n. 315 de 24 de Novembro de 1851.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independência e do Imperio.

MANOEL DE SOUSA PINTO DE MAGALHAENS.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provincial, approvando as posturas da Câmara Municipal da Villa de Guimarães, acima declaradas.

Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Cesar dos Reis Raiol a fez.
Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 14 de Setembro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

LEI N. 322—de 2 de Outubro de 1852.

O Doutor Eduardo Olímpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sanccionei a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Policial para o anno financeiro de 1853 a 1854 será a mesma que se acha designada pela Lei Provincial n.º 306 de 17 de Novembro de 1851, com as alterações seguintes, que se executarão desde já.

§ 1.º Cada Companhia será augmentada de mais um Alferes e vinte soldados.

§ 2.º As praças, que servirem voluntariamente perceberão, além do soldo actual, a gratificação de sessenta reis diários.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, á todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Maranhão em dois de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigesimo primeiro da independencia e do Imperio.

Eduardo Olímpio Machado.

Estava o selho.
Carta de Lei, pela qual Vossa Excelência manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial fixando a Força Policial para o anno financeiro de 1853 a 1854, como acima se declara.

Para Vossa Excelência ver.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 2 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.

Registrada a fl. 3 v. do Livro 3.° de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial, Secretaria da Província do Maranhão em 2 de Outubro de 1852.

Roberto Augusto Colin.

LEI N. 323—DE 2 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial, Decretou e eu sanctionei a Lei seguinte:

Art. 1.° Fica derrogada a 1.° parte do artigo unico da Lei Provincial n. 300 de 10 de Novembro de 1851, que annexou a Freguecia da Chapadinha ao Municipio da Villa do Brejo.


Art. 3.° Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer.
que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Maranhão em dois de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independência e do Império.

Eduardo Olmpio Machado.

Estava o sello.


Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 2 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.

Registrada a fl. 3 v. do Livro de Leis e Resoluções da Assemblea Legislativa Provincial. Secretaria da Província do Maranhão em 2 de Outubro de 1852,

Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 324—DE 2 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olmpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em dois de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, approvando o Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jezus da Cana Verde, ereta na Igreja do Convento de Nossa Senhora das Mercês da Capital, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 2 de Outubro de 1852. — O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.
COMPROMISSO

Da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, erecta em o Convento de Nossa Senhora das Merces da Capital.

Do numero, e qualidade das pessoas que hade conter a Mesa e dos assentos que pertencem ás pessoas della.

Art. 1.º Da Mesa depende a direcção de toda a Irmandade, por isso ella será composta de um Provedor, um Secretario, um Zelador, um Thesoureiro e um Procurador, que serão pessoas livres, e de doze Mesa-rios, cuja maioria deve ser composta de captivos. O Provedor terá assento distincto á cabeceira da Mesa; e da parte de sua mão direita se seguirá o Secretario, e junto a elle o Procurador; e á mão esquerda do Provedor se assentará o Zelador, e a este se seguirá logo o Thesoureiro. Os doze Mesarios tomarão logar igualmente, e sem distinção, de uma e outra parte da mesa.

Dos dias em que se deve reunir Mesa.

Art. 2.º Para que as demoras de resoluções não prejudiquem o serviço de Deus, mas antes, para que os negocios da Irmandade, em o mesmo serviço de Deus, tenham a necessaria expedição, se fará Mesa duas vezes no anno; a 1.º em o Domingo da Quinqua-gessima; e a 2.º em o ultimo Domingo do mez de Abril; e todas as vezes que houver algum urgente negocio a tratar; e por ordem do Provedor se convocarão os Officiaes da Mesa para a decisão delle, no dia e hora que pelo mesmo Provedor for designado.

Da qualidade do Provedor, e suas obrigações.

Art. 3.º O Provedor, que houver de ser eleito, será pessoa de credito, abonada, e de sãa consciencia, e religiosidade, o qual, em o dia que se empossar, fará
lér pelo Secretário o Compromisso, para que cada um venha no conhecimento, e recordação de suas obriga-
ções; e havendo informações, que a Mesa mande fazer, o Provedor com a mesma Mesa as comitterá aos Ir-
mãos que forem mais aptos, e experientes para deli-
gencias semelhantes; mas ao Provedor por si só per-
tence propor os negócios, e mandar-os decidir, ou com votos públicos ou secretos (por meio de fávias brancas e pretas), e nos votos públicos será o último a votar. Terá muito cuidado de que os Irmãos reciprocamente bem se tratem, e manterá a ordem dos trabalhos.

**Da qualidade do Secretário e suas obrigações.**

Art. 4.º O Secretário deve ser pessoa expedicia em escripturação, e só elle poderá escrever nos Livros da Irmandade, e se acaso for preciso em Mesa escre-
ver-se alguma cousa, estando ausente o Secretário, mandará ao Provedor, que escreva outro Irmão habili-
tado, mas em papel separado, para que vindo o Secre-
tário o possa lançar no livro. O Secretário terá em seu poder, e debaixo de chave todos os livros e papeis, bem distinctamente emmassados, os quais, e as cha-
ves não entregará se não ao Provedor, isto em caso de qualquer impedimento do mesmo Secretario, que tam-
bém terá todas as petições dos Irmãos que entrarem com distinção de dia, mez e anno em que forão rece-
bidos. As Petições que forem à Mesa serão levadas pelo Secretário, e o Provedor as mandará ler; e quando se houver de pedir alguma informação, o Despa-
cho será assignado pelo Provedor, e Secretário, e tor-
nando á Mesa para se lhes defferver, como quasesquer negócios dicisivos, o Despacho será votado, e assigna-
dão por toda a Mesa. Em caso, que o Secretario este-
ja impedido por tempo de um ou dous mezes, o Pro-
vedor, e a Mesa nomearão um Irmão d'ella para ser-
vir em quanto durar tal impedimento, podendo em fal-
ta de Irmão Mesario instruido para esse mister, esco-
lher outro qualquer da Irmandade. Haverá um Li-
vrol de Receita e outro de Despesa a cargo do Secretário, em que se lançarão as quantias que se receberem, e se despenderem, e estes assentos serão assignados pelo Secretário, e Thesoureiro, e rubricados pelo Provedor; havendo anteriormente sido os Livros numerados e rubricados pelo Juiz de Capellas, com os termos d'abertura e encerramento, que serão também assignados pelo mesmo Juiz. O Secretario que tiver acabado o seu tempo, será obrigado a assistir na primeira Mesa que se fizer, para dar os esclarecimentos precisos do que tratou, e fora decididos pela Mesa, isto para maior utilidade do serviço de Deus, e da Irmandade.

*Da qualidade, Ofício, e obrigações do Zelador.*

Art. 5.º O Zelador da Irmandade será pessoa abastada, de reconhecido zelo, prêstimo, e procedimento para o serviço de Deus, e terá obrigação de promover as causas judiciais da Irmandade, e assim tudo o que for de interesse, e benefício da mesma Irmandade. Terá cuidado de advertir a cobrança das esmolas, e saber dos Irmãos que são remissos em pagar o que devem, para que informando a Mesa esta disponha o que mais convier.

Ao Zelador pertence também fazer as despesas miudas, para o que o Thesoureiro lhe dará, com ordem da Mesa, o dinheiro suficiente, assignando elle na despesa do Thesoureiro, e fará uma relação da despesa que fizer, a qual será exibida à Mesa, e lançada no livro de Despesa.

*Da qualidade do Thesoureiro e suas obrigações.*

Art. 6.º O Thesoureiro será pessoa de reconhecida confiança e consciência, e abonado, assim em procedimento, como em facenda. Terá obrigação de assignar no Livro de Receita todas as verbas, e de não despendê-las causa alguma, sem assignar a pessoa, que receber o dinheiro; e não se lhe levará em conta o que
dispender, ainda que pouco seja, não tendo para esse fim ordem da Mesa; e antes do Domingo da Quinta-gessima, e do ultimo Domingo do mez de Abril confirirá as suas contas com as do Secretario, Zelador e Procurador, e o que se achar ou de sobras, ou de dívidas se levará a Mesa para se deliberar o que mais conveniente for. Quando a Mesa julgar necessário fornecerá um Cofre com tres chaves, das quais terá um o Provedor, outra o Secretario, e outra o Thesoureiro, que o terá em sua guarda.

Do emprego e obrigação do Procurador.

Art. 7.° De grande importância, e transcendençia é para a Mesa, assim como para a Irmandade, o emprego de Procurador; por isso, para este logar, deve ser sempre escolhido um Irmão prudente, de luzes, e expedito. Ao Procurador pertence advertir com mais particularidade tudo aquillo que a Mesa deve dispôr, e neuhuma disposição haverá em que elle não assista, ou se lhe dê previo conhecimento, e terá obrigação de lembrar ao Provedor os descuidos que houver na Mesa, ou na assistencia a que são obrigados, ou omissão do que se tem ordenado. Terá cuidado de lembrar, que se faça os assentos de Irmãos, que de novo entramem, e averiguar com certeza se é Irmão aquelle que morrer, se n'aquelle anno é Mesario, se está quite, afim de que se lhe possão fazer os suffragios dispostos neste Compromisso. Cumpre tambem ao Procurador requerer que se faço algumas contas, ou que se revejão, e advertir os erros, ou descuidos, que nisto haja. O Procurador poderá exigir do Secretario todos os papeis que lhe forem necessarios para conhecimento seu, e effeito de algum negocio da Irmandade; e o Secretario é obrigado a dal-os para lêr somente, sem que esses livros ou papeis saiaõ, por um momento se quer, de seu Archivo: todavia os papeis de segredo não lhe poderão ser exibidos.

Art. 8.° O Reverendo Condomendador dos Religio-
sos do Convento de Nossa Senhora das Mercês, ou quem suas vezes fizer, é o Commissario da Irmandade, e sempre membro nato da Mesa: assignará com o Provedor as Patentes dos Irmãos.

De algumas disposições, que a Mesa não poderá fazer sem consentimento da Irmandade.

Art. 9. Não poderá a Mesa por si só alterar as disposições do presente Compromisso, e o mesmo se entende das decisões, que estiverem lançadas nos Livros dos Accordãos, sem consentimento da Irmandade, para o que a convocará para Mesa Geral. Não poderá a Mesa ajustar qualquer obra, que exceda a duzentos mil reis, salvo se os da Mesa se obriguem pelo excelente d'essa quantia.

Das despesas a que são obrigados o Provedor e mais Officiaes da Mesa.

Art. 10. Sendo a veneração da Santissima Imagem de Nosso Senhor Deus e Redemptor, com a invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, o principal intento desta Irmandade, é de dever nosso fazer-lhe a sua Festividade solemne em o primeiro Domingo do mez de Maio (havendo inconveniente no seguinte,) com o maior esplendor e devoção que poder ser, havendo Vesperas, e Missa cantada, Sermão, e o Santíssimo Sacramento exposto, assistindo os Irmãos com as suas vestes, e assim na Vespera, e dia da Procissão de Quaresma, que haverá logar todos os annos, na sexta-feira, que for intermedia á das Procissões do Senhor Bom Jesus dos Martirios, e do Senhor Bom Jesus dos Navegantes.

Os gastos que se fizerem por estas solemnidades, como os mais que pelo decurso do anno se fizerem nesta Irmandade, será a custa do Provedor, coadjuvando-os com a quantia de seis mil reis annuaes, cada um dos mais Mesarios; podendo-se em caso imprevis-
to recorre-se aos outros Irmãos por cotizações espontâneas, aos Fieis por esmolas, e em último caso do Cofre da Irmandade, para de alguma forma coadjuvar, sem que se desfalquem seus fundos, que tem outras aplicações.

*Da Joia que cada um tem de dar de sua entrada de Irmão, e quaes seus annuaes.*

Art. 11. Todo o Irmão que for admitido a esta Irmandade dará de joia de sua entrada a quantia de dois mil reis, e d’ahi para cima o que lhe commover a sua devoção, do que se fará carga ao Thesoureiro, e serão despendidos nos suffragios dos Irmãos defuntos, como em seu logar se ordena; e da mesma forma os presentos e vinte reis de annuaes.

*Das qualidades que hão de ter os Irmãos, e do modo com que serão recebidos.*

Art. 12. Os Irmãos que se receberem deverão ter boa conducta e sãa consciencia, quer livres, quer captivos, quer homens, quer mulheres; e nunca o numero dos Irmãos livres deverá ser superior ao dos captivos; mas os Irmãos captivos, que vierem a libertar-se não serão expellidos da Irmandade, ainda que por esse facto fique superior o numero dos Irmãos livres. Os que quiserem entrar na Irmandade farão suas petições, que entregará ao Secretario, o qual as proporá em Mesa, estando presente o Provedor; e por ordem do mesmo e da Mesa se remeterão aos informadores, aos quaes se dará juramento, de dizerem a verdade, e guardarem segredo. E vindo a informação, a Mesa por maioria decidirá se deve ou não admitir à Irmandade o requerente. A votação deverá ser feita por escrutinio secreto, em favas brancas e pretas; estas reprovão, e aquellas approvão. Tanto que o Irmão for aceito, o Provedor o mandará chamar, o qual virá munido de sua Joia de entrada; e então se lhe fará seu
assentamento, pelo qual se sujeite as obrigações designadas neste Compromisso; apresentando-lhe também o Secretario a sua carta de Irmão; porém o que fôr escravo não poderá fazer parte da Irmandade sem licença por escripto de seu Senhor.

De como se hade haver a Mesa com aquelles que se escusarem.

Art. 13. Quando qualquer Irmão fôr eleito para qualquer cargo da Mesa, ou para qualquer serviço da Irmandade, e que o recuse, a Mesa ouvirá os motivos de sua recusa, que se achar justificaveis, nomeará outro Irmão para o substituir; porém não sendo attendíveis os motivos da recusa, a mesma Mesa lhe imporá a multa de dois mil reis, para coadjuvar as despesas da Irmandade.

Dos Irmãos enfermos e presos.

Art. 14. Se algum Irmão adoecer, terá obrigação o primeiro Irmão que o souber de dar noticia à Mesa, para que em nome da Irmandade o mande visitar, e vêr de que socorros precisa, que sendo pecuniarios os pedirá em esmolas pela Irmandade. E como seja igual caridade socorrer os encarcerados, se praticará com elles o mesmo que com os enfermos; não sendo porem a prisão por crime infamante: e o Zelador promoverá os meios de seu livramento.

Dos suffragios dos Irmãos defuntos.

Art. 15. No oitavario dos defuntos, se fará um Ofício Solemne, pelo descanso das almas de todos os Irmãos defuntos, ao qual assistirão todos os vivos com as suas vestes. Sendo que morra algum Provedor actual, e cumprindo com as suas obrigações, a Irmandade o acompanhará a Sepultura; e se mandará fazer no primeiro dia, (que não fôr santo, ou impedido)
depois de seu falecimento um Ofício de nove lições, ao qual assistiram os Irmãos com as suas vestes, e se mandaram dizer mais por sua alma dez Missas de esmola de seiscentos e quarenta reis. Todas as Sextas Feiras se dirá uma Missa no Altar do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, pelo descanso eterno das almas dos Irmãos finados. Quando falecer qualquer Irmão ou Mesário, se dará a sua família (no caso que queira aceitar) a quantia de dez mil reis para o seu enterro, e se mandarão dizer cinco Missas de esmola de seiscentos e quarenta reis, para descanso de sua alma; e a Irmandade o acompanhará à sepultura. Quando morra qualquer um Bemfeitor da Irmandade (ainda que não seja Irmão) esta acompanhará seu Corpo à sepultura; e para descanso de sua alma, se mandarão dizer cinco Missas de esmola de seis centos e quarenta reis. Os filhos e filhas dos Irmãos, até a idade de vinte e um annos, que viverem sob o mesmo tecto, a Irmandade os acompanhará à sepultura quando falecerem.

Fallecendo qualquer Religioso do Convento de Nossa Senhora das Mercês, desta cidade, terá os mesmos sufragios, que se acham designados para os Bemfeitores da Irmandade. As viúvas dos Irmãos falecidos, continuando a pagar os respectivos annuaes, serão contadas como Irmãas, e gozarão dos mesmo indultos concedidos a seus maridos, independente de pagamento de nova entrada. A Irmandade terá um Esquífe aranjado com a possível decencia, não só para serem conduzidos à sepultura os Corpos dos Irmãos, que dele precisarem, mas também a quem quiser alugar-o, mediante a quantia de dois mil reis, sendo somente o Esquífe; e seis mil e quatrocentos reis, sendo acompanhado da Irmandade e Cruz; o Esquífe deverá ter três toalhas, que servirão para descer os Corpos à sepultura.

*Do modo como se farão os Altares no dia da Procissão.*

Art. 16. Na Mesa que se convocar no Domingo da Quinquagesima, distribuirá o Provedor e mais Mesa-
rios os Altares dos Sagrados Passos da Paixão de Christo Senhor Nosso, para que se ornem com todo o asceio e possível decencia, encarregando a cada dois Irmãos que melhor lhes parecer o Ornato e despendio de um Altar. As Irmãas são obrigadas a dar Anjos para melhor resplendor da Procissão.

Da forma porque se hade fazer a Procissão do Senhor Bom Jesus da Cana Verde.


Da Eleição da Mesa.

Art. 18. Na Mesa do ultimo Domingo de Abril, os Irmãos d'elle apresentarão em uma Urna suas sedulas contendo desceete nomes de Irmãos, e designando depois de cada nome o emprego para que o elegem. Depois de recolhidas as sedulas, o Irmão Zelador as irá
tirando, uma á uma, e lendo-as em presença de toda a Mesa, o Secretario irá escrevendo os nomes, à proporção que elles forem sendo lidos; e depois, somando os votos, os que tiverem maioria serão os escolhidos para a nova Mesa; e se lhe fará aviso para a posse. O Irmão Mesario não poderá ser re-eleito se não passado quatro annos, depois do em que serviu.

Paço da Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão 23 de Setembro de 1852.

Tiburcio Valeriano da Silva Tavares, P.

O 1.º Secretario Antonio Joaquim Tavares.

O 2.º Secretario Adriano Augusto Bruce Barradas.
LEI N. 325—DE 2 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decreto, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Art. 1.º A receita da Santa Casa da Misericórdia da Capital, para o anno administrativo, que ha de correr do 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1853, é orçada na quantia de 17.246$623 reis; e a sua despeza no mesmo anno é fixada na quantia de 16.965$006 reis, conforme o orçamento, que a Meza da mesma Santa Casa organizou em data de 22 de Julho proximo passado, o qual é aproavado como Lei, e baixa com esta assignado pela Mesa da Assembleia Legislativa Provincial.

Art. 2.º O saldo, que houver no dito anno administrativo da receita sobre a despeza, será empregado no pagamento ou amortização do deficit dos annos anteriores.

Art. 3.º Continuação em vigor as disposições dos anteriores orçamentos da Santa Casa, que não versarem sobre fixação de receita e despeza, e não estiverem expressamente revogadas.

Art. 4.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mando, por tanto, as todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Maranhão em dois de Outubro de mil oitocentos e cincocenta e dois, trigésimo primeve da Independencia e do Imperio.

EDUARDO OLIMPIO MACHADO.

Estava o Sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda
executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, orçando a receita e fixando a despesa da Santa Casa da Misericórdia no anno de 1853, como acima se declara.

Pará Vossa Excelência vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 2 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

---

ORÇAMENTO


RECEITA.

§ 1.º Juros de Capitaes emprestados:

De 12 por 010 sobre 3:700$000.----- 444$000

Aluguel de umas casas do falecido José Gonçalves Teixeira, aplicado como juros da quantia de 4:082$500.----- 192$000

636$000
2.° Alugueis de Predios:

- Casas da rua Grande n. 6: 300$000
- Ditas " n. 45: 301$000
- Ditas da rua da Paz n. 22: 200$000
- Ditas " n. 68: 144$000
- Ditas " n. 59: 200$000
- Ditas da rua de S. João: 300$000
- Ditas da rua da Estrela: 700$000
- Ditas da travessa do Hospital: 60$000
- Ditas da rua da Manga do Açougue: 96$000
- Ditas da rua Formozal n. 40: 372$000
- Ditas da travessa das Mercês: 72$000
- Ditas da rua de Santa Rita: 48$000
- Ditas da rua do Rancho de Santo Antonio: 120$000
- Ditas do Largo do Carmo: 300$000

Total: 3,213$000

3.° Fóros de terrenos e terras:

- Terreno da rua da Cruz: 13$200
- Dito da rua de Sant’Anna (A): 50$500
- Dito da rua de Sant’Anna (B): 27$300
- Dito da rua de Sant’Anna (D): 28$800
- Dito da rua da Paz (B): 19$500
- Dito da rua da Paz (C): 9$000
- Dito da rua do Tanguité: 34$000
- Dito da rua do Sol: 20$000
- Dito do fim da rua Grande diversas porções: 71$000
- Terras de lavrar no Codó: 80$000

Total: 353$300

4.° Rendimento do Cemitério (termo medio do triennio): 3,428$866

5.° Idem dos Sinos da Igreja—(Idem): 716$766

6.° Idem de Loterias: $

7.° Esmolas e Joias: 192$310

8.° Diaria de enfermos não indígenas (termo medio do triennio): 2,127$381
§ 9.° Annuidade legada
§ 10.° Juros de Apólices da divida publica a 6 por 0\(_0\) de 5:400$000
§ 12.° Idem—dito—fora manutenção da Casa dos Expostos
§ 13.° Agio de moedas metalicas
§ 14.° Alcance de seus empregados
§ 15.° Reposições e restituições.
§ 17.° Cobrança de divida activa proveniente de rendas
§ 18.° Saldos e Sobras de sua Receita sobre a Despesa

17:246$623

**DESPESA.**


§ 1.° Ordenado do Esquipturario
§ 2.° Idem do Contínuo e Andador
§ 3.° Gratificação ao Advogado
§ 4.° Dita ao Procurador das Demandas
§ 5.° Material da Secretaria e impressão
§ 6.° Despesas Judiciaes e outras

1:650$000

Art. 2.° Igreja.

§ 1.° Ordenado ao Sacristão
§ 2.° Ordenado do Sineiro
§ 3.° Guisamentos
§ 4.° Festa de S. José e outras
§ 5.° Missas por alma do Bemfeitor Manoel João Corrêa

947$600
Art. 3.° Hospital de Caridade.

§ 1.° Ordenado do Medico.----------------- 200$000
§ 2.° Dito do Cirurgião de partido.------- 200$000
§ 3.° Dito do Almoxarife.----------------- 500$000
§ 4.° Dito do Escrivão.------------------- 430$000
§ 5.° Dito do 1.° e 2.° Enfermeiro.------- 300$000
§ 6.° Dito do Porteiro.-------------------- 48$000
§ 7.° Alimentos aos enfermos—e outras despesas com elles.------------- 3:200$000
§ 8.° Utensílios, mortalhas, e miudesas.--- 300$000
§ 9.° Roupas.------------------------------- 240$000
§ 10. Rações, vestuário, e outras despesas com serventes.---------- 721$375

--------------------------------------------

6:139$375

Art. 4.° Casa dos Expostos.

§ 1.° Ordenado da Directora----------------- 480$000
§ 2.° Alimentos aos expostos, luzes, lenha, sabão etc.--------------- 978$341
§ 3.° Salario as amas externas, inclusive um paneiro de farinha por mez... 2:100$000
§ 4.° Vestuário e calçado------------------- 240$000
§ 5.° Medicamentos-------------------------$

--------------------------------------------

3:798$341

Art. 5.° Hospital dos Lazaros:

§ 1.° Alimento aos elephantiaco, e outras despesas.----------------- 1:000$000
§ 2.° Roupas.----------------------------------------------------- 200$000
§ 3.° Medicamentos.------------------------------------------------$

--------------------------------------------

1:200$000

Art. 6.° Cemiterio:

§ 1.° Ordenado do Capellão------------------- 360$000
§ 2.° Procissão dos Ossos------------------- 150$000
§ 3.° Jornaes de serventes alugados.------- 267$385
§ 4.° Rações, vestuários, e outras despesas com escravos empregados no serviço do Estabelecimento.---------- 111$885
§ 5.º Guisamentos da Capella, alfaias, cal, e utensílios.................. 140$420

Art. 7.º Medicamentos:
§ 1.º Ordenado do Boticario.................. 600$000
§ 2.º Ingredientes para suprimento da Botica, e outras despezas........... 700$000


Ar. 8.º Esmolas:
§ 1.º Esmolas aos pobres no dia de S. José........................ 60$000
§ 2.º Jantar aos presos no mesmo dia..... 40$000


Art. 9.º Eventuaes:
§ Único. Reparo e aceio dos edifícios, pagamento de bilhetes de loterias antigas premiados, e valles provinciais; e outras despesas, que ocorrem não especificadas nestre Orçamento.......................... 800$000


Paço da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão 23 de Setembro de 1852.

Tiburcio Valeriano da Silva Tavares, P.
O 1.º Secretario, Antonio Joaquim Tavares.
O 2.º Secretario, Adriano Augusto Bruce Barradas.
LEI N. 326—DE 2 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica concedida à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Capital uma Loteria de vinte contos de reis, para com o seu produto comprarem-se alfayas apropriadas ao culto do mesmo Santíssimo Sacramento.

Art. 2.º A extracção desta Loteria, cujo plano será regulado pelo adoptado para as da Santa Casa da Mizericordia, terá logar logo que estejão vendidos seus respectivos bilhetes, sem que a possa prejudicar a disposição do art. 2.º da Lei n. 286 de 4 de Dezembro de 1850.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nela se contem. O Secretario da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em dois de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, concedendo à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Capital uma loteria de vinte contos de reis, para com o seu produto comprarem-se alfayas apropriadas ao culto do mesmo Santíssimo Sacramento, como acima se declara.
Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 2 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.

Registrado a fl. 5 do Livro 3.º de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria da Provincia do Maranhão 2 de Outubro de 1852.

Roberto Augusto Colin.

LEI N. 327—DE 2 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Provincia do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial De-cretou e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Art. 1.º O Presidente da Provincia fica auctorisado a despender desde já a quantia de oitocentos mil reis para auxiliar a abertura de uma estrada, que tendo o seu principio nos Campos de Pai Simão, districto da Villa do Rosarió, vá ter aos campos do Restriado, termo do Icatu, observando-se as seguintes disposições.

Art. 2.º A referida estrada nascendo dos Campos de Pai Simão, como fica dito, deve ir o mais que for possível observando a situação de João Bernardes Cabral no logar denominado—Curimatá—d'aqui dirigindo-se ao Riachão—próximo á fazenda de Sebastião Corrêa de Aguiar irá á Cachoeira, último ponto do terreno que fica entre os dois rios Itapucurú e Mory continuando do lado opposto deve ella chegar á situação—Barra vermelha—pertencente ao casal do finado Coronel Marcellino José da Silva, distante meia legoa da
beira, e com cerca de mil braças de extensão passara pelo rio Una, e circumvisinhanças da mata da Canoa, outra fazenda do mesmo Coronel Marcellino; deste ponto deve precisamente atravessar a mata da picada, tendo antes deixado o rio chamado—Contracto—Após a mata da picada que é o principio dos campos do—Resfriado—continuará pelas cabeceiras do rio dos matos, que fica distante uma legoa, e assim irá terminar a dita estrada nos mencionados campos.

Art. 3.° Construir-se-hão três pequenas pontes, a saber; uma sobre o rio Una, outra sobre o rio chama-do contracto, cuja limpeza também se fará afim de que pelo verão se conservem correntes suas águas, e outra finalmente no local mais apropriado das cabeceiras do rio dos matos. Estas pontes serão feitas solidamente para dar passagem não só aos viajantes e comboieiros, como especialmente aos gados que de diversas partes se levão à Villa do Rosario para seu abastecimento e negócio.

Art. 4.° Em uma e outra margem do rio Mony na linha correspondente à estrada de que se trata construir-se-hão duas mangas que deem facil passagem aos gados, bem como serão feitos dois curraes de boas madeiras.

Art. 5.° No Campo de Pai Simão, districto da Villa do Rosario será estabelecida uma feira publica de gado, para isso ahi se fará um curral, cujas dimensões serão dadas pela respectiva Camara Municipal, que também disignará os logares em que se hão de construir curraes para abrigo de gado.

Art. 6.° A mesma Camara escolherá nas margens do rio Itapucurú as paragens em que se farão duas mangas para dar passagem aos gados, que o tiver de atravessar para serem soltos nos campos do Pery e seus limitrofes.

Art. 7.° Tanto a abertura da estrada, como a construção de curraes, mangas, limpezas &c. serão feitas por arrematação perante a Camara Municipal do Rosario, organizando-se antes o respectivo orçamento.
que dependerá da aprovação do Governo Provincial, não excedendo jamais a obra a um conto e seiscentos mil reis.

Art. 8. O suprimento de oitocentos mil reis feito pelo cofre Provincial, nos termos do art. 1.º, para auxiliar esta obra, será entregue ao arrematante no começo della; e quanto ao restante da quantia orçada, fica a mesma Camara auctorizada a tomar por empréstimo, amortizando-a logo que possa de preferência a outro qualquer debito com rendas proprias do Municipio: para a realização, porém, deste contracto, deve preceder aprovação do Presidente da Provincia.

Art. 9. Concluída a abertura da estrada, construídos os curraes e mangas, as Camaras respectivas crearão registros publicos onde convier, estabelecendo taxas ou imposições pecunianas, que farão parte da receita Municipal.

Art. 10. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em dois de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigésimo primeiro da independencia e do Imperio.

EDUARDO OLImpIO MACHADO.

Estava o sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provincial, auctorizando o Presidente da Provincia a despendezer, desde já, a quantia de oitocentos mil reis para auxiliar a abertura de uma estrada que vá dos Campos de Pai Simão no Termo do Rosario aos Campos do Resfriado no do Icatú, como acima se declara.
Para Vossa Excellencia ver.

Marcolino Severiano da Silva a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão 2 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 328.—DE 12 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º A Comarca de Caxias fica d'ora em diante dividida em duas, pelo modo seguinte:

§ 1.º A actual Comarca de Caxias, composta dos Municípios da Villa de São José e da Cidade de Caxias.

§ 2.º A Comarca do Alto-Mearim, composta dos Termos das Villas do Codó e Coroatá.

Art. 2.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e faça cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em dose de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello.

Eduardo Olimpio Machado.
Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, dividindo em duas a Comarca de Caxias, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr:

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 12 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


LEI N. 329—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Provincia do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decreto, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. Unico. A reunião da Assembleia Legislativa Provincial far-se-ha na Capital: a Sessão de abertura será todos os annos no dia 3 de Maio, revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e façao cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos e cincenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o sello.
Carta de Lei pela qual Vossa Excelência manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, marcando o dia da abertura da Sessão da mesma Assembleia todos os annos, como acima se declara.

Para Vossa Excelência vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 14 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 330—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial, Decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica pertencendo à Comarca de Guimarães todo o território entre os rios Tury-assú e Gurupy; que o Decreto n.º 639 de 12 de Junho de 1852 mandou desannexar da Província do Pará, e incorporar á esta.

Art. 2.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e façao cumprir tão inteiramente como neila se contém. O Secretario da Província a faça im-
primir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão quatorze de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o Sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, annexando á Comarca de Guimarães todo o território entre os rios Tury-assú e Gurupy, que o Decreto n. 639 de 12 de Junho de 1852 mandou desanexar da Provincia do Pará, e encorporar á esta, como acima se declarou.

Para Vossa Excellencia vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 14 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 331—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Provincia do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu Sancionei a Lei seguinte:

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provincia a faça imprimir publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão quatorze de Outubro de mil oitocentos e cincenta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembleáa Legislativa Provincial approvando o Compromisso da Irmandade da Bemaventurada Virgem e Martyr Santa Philomena, erecta na Igreja Matriz da Villa do Itapucurú-mirim, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 14 de Outubro de 1852—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.
COMPROMISSO
Da Irmandade da Grande Thaumaturga a Benaventurada Virgem, e Martyr Santa Philomena installada na Villa do Itapucurú mirim.

CAPITULO 1.º

Da Irmandade em geral.

Artigo 1.º O serviço, e culto da Virgem e Martyr Santa Philomena, para cujos fins foi instituída esta Irmandade, constitue a parte essencial dos seus deveres, e a base fundamental da obrigação de todos os seus Irmãos.

Art. 2.º Podem ser Irmãos todas as pessoas d’um, e outro sexo, que sendo de costumes honestos queirão por sua devoção concorrer com os seus bens, e serviços para o maior expendor do culto da Virgem, e Martyr Santa Philomena.

Art. 3.º Para ser admitido Irmão é necessário que a pessoa o requeira á Meza, ou seja proposta por algum Irmão; em qualquer d’estes cazos o Juiz, e Officiaes da Meza resolverão por unanimidade, como lhes dictar sua consciencia affirmativa, ou negativamente, havendo o recurso para a Meza toda, se o requerimento, ou proposta assim não for approvada.

Art. 4.º Para ser inscripto Irmão é necessário que a pessoa admitida entre para o cofre da Irmandade com a oblação de dois mil reis pelo menos; e que por si ou por seu procurador asigne termo de sujeição ás disposições d’este Compromisso, e se obrigue a pagar em cada um anno civil a prestação de mil reis.

Art. 5.º O Irmão que preferir ao encargo da prestação annual o pagamento por uma só vez de uma quantia nunca menor de vinte e cinco mil reis, o poderá fazer a seu arbitrio, ficando assim considerado Irmão remido.

Art. 6.º Nenhum Irmão se poderá eximir de qual-
quer cargo para que haja de ser eleito, sem causa justa, e, se não concorrendo esta, recuzar a nomeação por trez vezes sucessivas, ou interpoladamente, se entenderá que não quer ser mais Irmão.

Art. 7. ° Todos os Irmãos devem prestar religioza obediêncià às determinações da Meza, comparecendo às sessões d'esta, todas as vezes que para esse fim forem convocados.

CAPITULO 2. °

Do Governo, e Administração da Irmandade.

Art. 8.° O Governo, e Administração da Irmandade é confiada a uma Meza eleita annualmente pela forma, que abaixo se dirá. Esta Meza é composta de um Juiz, de um Secretario, de um Thezoureiro, de um Procurador, e de mais seis Irmãos. Aquelles se chamão oficiaes, e estes Consultores.

Art. 9. ° Na falta, ou impedimento do Juiz o substituirá em Meza o Secretario, e na falta d'este o Thezoureiro, e se todos tres faltarem, aquelle dos Consultores, que for mais antigo d'entre os Irmãos presentes, e sendo todos do mesmo tempo o mais velho.

Art. 10. Na Meza congregada legitimamente reside todo o poder governativo, e administrativo da Irmandade, salvo os cazos ao diante especificados, que só poderão ser decididos com audiencia, e votação conjunta de mais dez Irmãos, que serão convocados d'entre os que tiverem servido nas Mezas preteritas em ordem retrograda successiva, como ao diante se dirá.

Art. 11. A Meza não se formará em sessão deliberativa, sem que estejão presentes metade, e mais um de seus Membros pelo menos, e nenhuma pessoa, que não seja Mezaria, poderá assistir às suas sessões, salvo se para isso tiver sido convocada.

Art. 12. A maioria simples dos Membros presentes basta para constituir vencimento; e a votação será por escrutinio secreto, ou nominal, segundo se deliberar. O Juiz votará em primeiro lugar, e nos casos de empa-
te terá de mais o voto de qualidade. Das sessões se lavrará acta em um livro para este fim destinado, o qual será subscripto pelo Juiz, e Secretario, mencionando-se n'ella nominalmente os Mezarios, que assistirem à sessão.

Art. 13. Todas as resoluções, despachos e diplomas, que se tomarem, ou expedirem, serão assignados pelo Juiz, e Secretario, mas titulados em nome da Meza.


Art. 15. Haverá sessão ordinaria de Meza uma vez cada trimestre; haverão porem tantas sessões extraordinarias, quantas o Juiz, ou a própria Meza julgar precisas para o andamento e despacho dos negocios.

Art. 16. Haverá tambem sessão extraordinaria, se cinco irmãos da Meza, não estando esta congregada, ou dez, que não sejam Mezarios effectivos, mas que o tenham sido, requererem ao Juiz a sua convocação declarando o fim ou objecto para que a pretendem.

Art. 17. A Meza assiste a todas as solemnidades, e funções religiosas da Irmandade.

Art. 18. Incumbe á Meza fazer os regulamentos, dar as Instruções adequadas para a execução do Compromisso, e dos assentos, que se tomarem em Meza conjuncta.

CAPITULO 3.º

Dos Officiaes, e Irmãos da Meza.

Art. 19.

§ 1. º O Juiz é o primeiro Funcionario da Irmandade; e nesta qualidade toma a precedencia em todos os actos, e ceremonias d'elle, quer seja em corporação, quer em delegação.

§ 2. º O Juiz preside á Meza, dirige os trabalhos, mantém a ordem, e pôe á votação os negocios, quando entender que estão suficientemente discutidos, e depois de consultada a Meza.

§ 3. º O Juiz poderá mandar ouvir, e informar pe-
Os Oficiaes da Meza preparatoriamente, ou pelos Empregados da Irmandade quaesquer negócios, que hajão, ou devão subir á decisão da Meza.

§ 4.° Ao Juiz finalmente incumbe fazer executar as resoluções da Meza, zelar o culto, superintender aos Oficiaes no cumprimento de seus deveres, e promover por todos os meios ao seu alcance os interesses da Irmandade, e entender-se com o Governo, e as Authoridades, quando assim seja preciso, em tudo que tiver relação aos referidos culto, e interesses.

*Do Secretario.*

Art. 20.

§ 1.° O Secretario é o segundo Funcionario da Irmandade; a elle pertence fazer assentamento em livro para isso destinado das pessoas admitidas por Irmãos na forma dos artigos 2.°, 3.° e 4.°; fiscalizar, e escripturar a receita e despeza da Irmandade, segundo as minutas que receber do Thezoureiro, ou Procurador, lavrar, ou subscrever as Actas das sessões, lançar os despachos, e expedir os diplomas, que a Meza ordenar; guardar o arquivo; e fazer tudo o mais que costuma andar annexo á semelhante cargo.

§ 2.° Quando o Secretario servir de Presidente da Meza na falta, ou impedimento do Juiz, será substituido tão sómente para os actos de sessão pelo primeiro dos Consultores, ou por aquelle que se lhe seguir por ordem.

*Do Thezoureiro.*

Art. 21.

§ 1.° O Thezoureiro é o terceiro Funcionario da Irmandade; a elle pertence guardar o cofre da Receita, e Despeza debaixo de sua immediata responsabilidade; receber os annuaes dos Irmãos o mais tardar até o fim de Julho de cada anno; ter em bom recato, e segurança as joias, alfaias, ornamentos, e mais utensílios do serviço da Capella, tudo o que receber, e entregará por inventario com as observações occorrentes; superintender na conservação, guarda, limpeza, ornato, e decólo
da Capella; determinar, e fiscalizar as obras que à Meza mandar fazer na Capella; assistir á Novena, e á Festividade da Santa Virgem, e Martyr na Meza das oblações para as receber; mandar fazer os suffragios devidos pelas Almas dos Irmãos fallecidos, e preferindo para este fim o Capellão da Capella, se o houver, e na falta d’estes o Sacerdote, em quem concorrer a qualiidade de Irmão; finalmente vigiar no Culto da Santa, fazendo que se celebrem as Missas das Sextas feiras, quando a Irmandade tenha reditos para assim o fazer; e que a lampada da Capella esteja sempre acceza dia e noite, ordenando, e provendo a tudo que for conveniente para o maior decóro da Religião, e edificação dos Fieis.

§ 2. O Thesoureiro não poderá dispender quantia alguma do cofre sem despacho, ou alvará da Meza; poderá porém ocorrer, sem dependencia de ordem previa, às despesas do expediente, e quasesquer outras extraordinarias, que sejam urgentes, e precisas no intervallo de sessão a sessão até a quantia de quarenta mil reis dando parte na primeira sessão que houver, para se lhe mandar abonar devidamente.

§ 3. Na sessão ordinaria de cada trimestre o Thesoureiro apresentará á Meza uma minuta do estado da receita, e despeza do cofre, tendo antes exigido do Procurador os dinheiros, que se tiver cobrado, e na sessão da posse da nova Meza apresentará na forma do artigo 14, a conta geral conferida com o Secretario para n’esse acto, ou na sessão seguinte, como aprová-la Meza, lhe ser approvada, e se lhe mandar passar alvará de quite.

Do Procurador.

Art. 22:

§ 1. O Procurador é o quarto Funcionario da Irmandade: é da sua incumbencia cobrar dívidas, legados, e tudo o mais que por qualquer título, ou motivo pertença á Irmandade solicitar; promover judiciaria, e não judiciariamente quasesquer dependencias, e negocios da Irmandade requerendo em nome d’esta, ou
da Meza o que por bem de seu direito, e interesses possa ser necessário; dispôr, e ordenar o que for mister para se celebrar a Novena, e a Festividade da Santa Virgem, e Martyr, segundo tiver sido deliberado em Meza, assistindo aquelas actos para ocorrer com as providencias que se fizerem precisas.

§ 2.° E' aplicavel ao Procurador o que a respeito do Thezoureiro se acha disposto no art. 21. § 2.°, porem sómente até a quantia de vinte mil reis.

**Dos Irmãos da Meza.**

Art. 23. Os Irmãos da Meza são os seus assistentes, e Consultores: a elles pertence discutir, e votar sobre todos os negocios propostos em Meza; propôr outros; suprir a falta dos Officiaes pela ordem, e maneira, que fica disposto; e zelar cuidadozamente na guarda d'este Compromisso.

**CAPITULO 4.°**

**Da Meza conjuncta, e suas atribuições.**

Art. 24. A Meza conjuncta representa a corporação da Irmandade; ella é formada da Meza em exercício, e da Meza transacta. Faltando algum, ou alguns dos Membros d'esta, ou d'aquella chamar-se-hão para os substituir os das preteritas Mezas em ordem retrograda do mais para o menos votado, de maneira que o numero dos convocados nunca seja menor de vinte.

Art. 25. Devendo dar-se o cazo de não haver nos primeiro dois annos de exercício d'este Compromisso numero suficiente de Irmãos de Mezas transactas, para formar-se a Meza conjuncta, eleger-se-hão logo depois da eleição da primeira Meza quinze Irmãos pela mesma forma porque são eleitos os Consultores, dos quaes serão convocados para a Meza conjuncta pela ordem de sua votação tantos, quantos forem necessarios para suprir a falta de Irmãos das Mezas transactas.
Art. 26. Para se constituir corporação em Meza conjuncta é necessário, que tenha havido a convocação de vinte Irmãos, e que d’estes sejam presentes dois terços pelo menos.

Art. 27. O Juiz em exercício preside à corporação, e na sua falta o Juiz transacto, que estiver presente, preferindo o posterior ao anterior, e na falta d’este o Secretario em exercício.

Art. 28. Constituída a corporação o Presidente mandará ler pelo Secretário a propozição, ou propozições sobre que se ha de deliberar, proseguindo-se depois na forma estatuída para as deliberações da Meza ordinaria.


§ 1. ° Sobre a compra, venda, ou alienação de quaisquer bens de raiz, ou d’outra especie, que constituam patrimônio da Irmandade.

§ 2. ° Aceitar legados, ou doações com encargos onerosos.

§ 3. ° Determinar obras, cuja despesa não caiba nas forças da renda ordinaria da Irmandade.

§ 4. ° Aplicar as sobras da receita em empréstimos pecuniários por meio de letras abonadas, e sobre hipotecas de bens de raiz.

§ 5. ° Reduzir à importância dos annuaes quando o permitirem as circunstancias do cofre da Irmandade.

§ 6. ° Augmentar, ou diminuir o numero dos Empregados.

§ 7. ° Annular, e cassar a eleição, ou dimitir com causa justificada, e legal a algum Funcionario da Irmandade, que o mereça.

§ 8. ° Reformar, alterar, ou interpetrar o presente Compromisso em algum, ou alguns dos seus artigos.

Art. 30. Os negocios comprehendidos nos §§ 2. ° e 5. ° do artigo antecedente serão decididos à maioria simples; mas para os dos §§ 1. °, 3. °, 4. °, 6. °, 7. ° e 8. ° requer-se pelo menos, o acordo das duas terças partes dos Membros presentes.

Art. 31. A dimissão dos Funcionarios, reforma,
ou alteração do Compromisso não poderá ser decidido na mesma sessão, em que se propoz.

Art. 32. As deliberações que se tomar em Meza conjunta serão chamadas—Assento—e valeião como parte d’estes Compromissos.

CAPÍTULO 5.

Art. 33. Entre o dia 1.º e 15 do mez de Julho de cada anno se procederá impreterivelmente a eleição da Meza, que há de servir no anno seguinte festivo, que se contará o último dia de Julho de cada anno a outro tal dia do anno subsequente. Na eleição se procederá da maneira seguinte.

Art. 34. No dia que tiver sido prefixado, congregada a Meza na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que serve de Matriz d’esta Freguezia de Nossa Senhora das Dores do Itapucurú—mirim, e dita a Missa do Espírito Santo pelo Capelão na Capela da Santa Virgem, e Martyr, dirigir-se ha a Meza para o lugar das suas sessões, que estiver designado pelo respectivo Vigário, e tomando o Juiz, e de mais Mezarios os seus respectivos assentos, o Juiz, depois de fazer ler pelo Secretario o presente capítulo do Compromisso—dirá—Está aberta a eleição da Meza para o anno vindouro.

Art. 35. Em seguimento apresentará o Juiz uma lista por elle e pelos de mais Oficiaes anteriormente concertada, e assignada, que conterá os nomes de doze Irmãos: a saber: três para o cargo de Juiz, e trez para cada um dos outros Oficiaes. Lida a lista, e verificada a elegibilidade dos propostos; correrá o escrutínio sobre cada um d’elles separadamente, e ordenadamente, e aquelle que obtiver o voto dos dois terços dos Irmãos presentes ficará eleito. Se no primeiro escrutínio nenhum obtiver o voto dos dois terços, os dois mais votados entraráem em segundo escrutínio, e n’este caso prevalecerá a maioria simples, e dado o empate, a sorte. Se acontecer porém que nenhum dos propostos seja votado no primeiro escrutínio, ou acontecer,
que sendo um só não possa correr-se o segundo escrutínio, com a primeira proposta fica prejudicada, e neste caso o Juiz, e officiaes poderão fazer segunda, querendo; mas não querendo, ou acontecendo, que torne a ficar prejudicada a segunda proposta, a proposição se devolverá a qualquer Consultor por inspiração, e neste caso o vencimento se tornará pela maioria simples.

Art. 36. Para a nomeação dos Consultores o Juiz de acordo com os outros Officiaes terá outro sim disposto uma lista, que conterá o triplo do numero dos Consultores elegendos, e pondo á votação os propostos nominal, e seguidamente ficarão eleitos os que alcançarem a maioria simples. A maioria da votação, e a ordem da proposta, quando aquella fôr igual, estabelecerá a precedencia entre os Consultores.

Art. 37. Nenhuma reeleição poderá ter lugar mais de duas vezes consecutivas, e nem ella se poderá fazer por aclamação vocal.

Art. 38. A proposta para a reeleição não poderá ser feita pelo Juiz a respeito dos Officiaes, e nem d'estes a respeito do Juiz; podem contudo votar-se reciprocamente; mas os reeleitos não assistem a sua votação.

Art. 39. Se o Juiz, ou algum dos Officiaes não aceitar, proceder-se-ha a nova eleição, convocando-se sessão extraordinaria para esse fim, o que deve de ter lugar impreterivelmente antes do ultimo de Julho. Também se procederá a nova eleição por morte, ausência de domicilio, demissão, ou impedimento permanente do Juiz, ou d'algum dos Officiaes. A respeito porém dos Consultores serão substituidos em qualquer dos casos previstos pelos Consultores da Meza transacta ordenadamente.

Art. 40. São Consultores natos da Meza, que entra, os Officiaes da Meza que acaba.

Art. 41. Approvado o presente Compromisso pela maioria dos Irmãos, que se reunirem no dia para isso destinado, e que se fará sciente á cada um dos Irmãos
pelo menos oito dias antes, procederão os mesmos Irmãos a eleição da primeira Meza, e dos Irmãos de que trata o artigo 25; esta eleição porém será feita por aclamação vocal sobre proposta do Irmão instituidor d'esta Irmandade; e em falta d' elle o Reverendo Sacerdote que se encarregou de aístar os Irmãos. Esta Meza assim eleita servirá até ao fim do anno festivo em que ella tiver lugar.

Art. 42. No acto da posse a Meza eleita prestará juramento na mão do Juiz que acaba, ou de quem presidir no seu impedimento, de guardar exactamente o presente Compromisso, e de bem, e fielmente cumprir os seus deveres; no caso do artigo antecedente será o juramento prestado logo pelo Juiz eleito nas mãos do Irmão, que tiver feito a proposta, para que depois o defira aos mais Irmãos eleitos.

CAPITULO 6.º

Das Irmãas do serviço da Santa.

Art. 43.

§ 1.º Haverá uma Irmã, que servirá anualmente de Juiza, e de mais seis Irmãs, que se chamarão Ayas da Bemaventurada Virgem, e Martyr Santa Philomena.

§ 2.º A Juiza, e Ayas serão escolhidas d'entre as Irmãs mais distinctas por sua devoção, gravidade, e respeito, e a escolha se fará no dia da eleição da Meza, sobre proposta na forma determinada para o Juiz ao que pertence á Juiza, e para os Consultores na que respeita ás Ayas.

CAPITULO 7.º

Dos Empregados da Irmandade.

Art. 44. Os Empregados da Irmandade são um Capellão, e um Andador, que também servirá de Sacristão da Capella. Este número porém poderá ser aumentado se as necessidades do culto, e negócios da Irmandade assim o exigirem.


Do Capellão.

Art. 46.

§ 1.º O Capellão deve ser Sacerdote aprovado n'este Bispo para o exercício de suas ordens, que seja pessoa de devoção, e bons costumes.

§ 2.º É da obrigação do Capellão dizer Missa á horas que pela Meza for determinado, na capella da Santa Virgem e Martyr em todas as sextas feiras do anno, e em todos os dias da Novena que precederem á Festividade da mesma Santa, aplicando a tenção das Missas por todos os Irmãos vivos e defuntos; ouvir de confissão nos ditos dias da Novena os Irmãos, e suas famílias, que com elle quizerem satisfazer sua devoção na Capella.

§ 3.º A congrua, que deve perceber o Capellão será fixada pela Meza á cujo arbitrio fica augmentar-a, ou diminuir-a, segundo as circunstancias o permitirem, ou exigirem.

Do Andador.

Art. 47.

§ 1.º O lugar de Andador será conferido a pessoa diligente, e honrada. A seu cargo fica fazer os a-
visos para as conferências ordinárias, e extraordinárias
da Meza; assistir às suas sessões, como Porteiro, e Con-
tinuo; cuidar no asseio da sala das sessões, e executar
tudo o mais que pela Meza, ou pelo Secretario lhe for
mandado.

§ 2.º Como Sacristão cumpre-lhe assistir, e ajudar
o Capelão nos ofícios, que este celebrar; cuidar da lim-
peza, decencia, e ornato da Capella; vigiar na sua se-
gurança; e na guarda dos paramentos, e alfaias; ter es-
pecial cuidado em que a lampada da Capella esteja ef-
fetivamente acezda dia e noite; e cumprir tudo o mais
que a Meza, ou o Thezoureiro lhe determinar.

§ 3.º A disposição do artigo 46 § 3.º é aplicável
ao Andador, que se entenderá com o Secretario, e The-
zoureiro para o bom cumprimento dos seus deveres.

CAPITULO 8.º

Do Culto, Collecta, e Suffragios.

Art. 48. Todos os annos no dia 10 de Agosto se ce-
lebrará a Festividade da Virgem e Martyr Santa Phi-
lomena, precedendo a Novena, com aquella solemni-
dade, explendor, e devoção, que permitirem os rendi-
mentos da Irmandade, e as oblações dos Fieis, havan-
do no dia da Festa de manhã Missa cantada com Ser-
naõ ao Evangelho, e de tarde Processão, e ao recolher
d'esta Te-Deum Laudamus.

Art. 49. Para se poder orçar a despeza, e conse-
guintemente ordenar-se a Festividade, a Meza na ses-
são de Junho abrirá a collecta para as oblações; e de-
clarando n'esse acto o Juiz, e seguidamente os offi-
ciais, e Consultores o que oferece cada um, se fará
uma lista, que será entregue ao Procurador a fim de
cobrar as oblações da Meza, e as requerer da Juiza, e
Ayas, e dos mais Irmãos, e Fieis, que quizerem por
sua devoção concorrer para a despeza da Festividade.
Fica porém estabelecido que a oblação do Juiz, bem
como a da Juiza não poderá ser menor de 60$000 rz;
a de cada um dos Consultores; e de cada uma das Ayas de 15S000 rs. Não se fixa obrigação a respeito
dos oficiais em atenção ao trabalho, e serviço que
devem de prestar à Irmandade no cumprimento das
importantes obrigações inherentes aos seus respecti-
vos cargos.

Art. 50. Em todas as sextas-feiras do anno se cele-
brará o Santo Sacrificio da Missa na Capella da Santa
Virgem e Martyr, como fica disposto no artigo 46 §
2.º em memoria do gloriozo transito da mesma San-
ta ocorrido n’este dia, e no da Commemoração dos
defunctos se dirão trez Missas na mesma Capella, ca-
zo haja no lugar Sacerdotes para as celebrar pelas
Almas dos Irmãos fallecidos: á este acto assistirá a
Meza, bem como dois Irmãos de ella por turno assisti-
rão á Missa das Sextas-feiras.

Art. 51. Por alma de cada Irmão, ou Irmãa, que
falecer se dirão cinco Missas em memoria, e louvor
das cinco chagas de Nosso Senhor Jezus Christo;
mas para que possam ordenar-se estes suffragios é
necessario que os herdeiros, ou testamenteiros dos
Irmãos fallecidos satisfação o que estes tiverem ficado
da dever de seus respectivos annuas excedendo d’um
anno, salvo o cazo de pobreza.

CAPITULO 9.º

Patrimonio da Irmandade.

Art. 52. Sãos considerados Patrimonio da Irmân-
dade:
§ 1.º Quaes quer bens, que legalmente venhão a
pertencer à Irmandade por qualquer titulo, os quaes
exceptuando os que forem destinados ao Culto da Vir-
gem e Martyr Santa Philomena, serão vendidos, e
seu producto convertido em Apolices dos Fundos Pu-
blicos do Imperio.

§ 2.º Todas as sobras da Receita, que reservado
unicamente o preciso para as despezas ordinarias, se-
rão convertidas nas Apólices de que trata o § antecedente.


Paço d’Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão 7 de Outubro de 1852.

José Frazão Varella — Vice Presidente

O 1.º Secretario
Antonio Joaquim Tavares.

O 2.º Secretario — Adriano Augusto Bruce Barradas.
 LEI N. 332—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

CAPITULO 1.º

RECEITA PROVINCIAL.

Art. 1.º A Receita Provincial para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1853 a 30 de Junho de 1854, é orçada na quantia de 262,186$050 reis.

Art. 2.º Esta Receita será efectuada com o producto das rendas que se arrecadarem no referido anno sob os titulos abaixo designados.

A saber:

§ 1.º Decima urbana 9 e 5 p. 010.
§ 2.º Sello de heranças e legados 10 e 20 p. 010.
§ 3.º Direitos de officios e empregos provinciales 5 p. 010.
§ 4.º Ditos de 5 p. 010 do algodão exportado.
§ 5.º Ditos de 5 p. 010 de diversos generos, com exceção dos mencionados nos §§ 6 e 7.
§ 6.º Ditos de 200$000 reis, desde já, por cada escravo exportado, excepto os que acompanhamem a seus senhores, uma vez que estes os possuam em Província dois annos pelo menos, antes de mudarem-se para fora della. Serão porém livres desta taxa até quatro escravos a cada família, e até dois a cada pessoa solteira que se retirar sem intenção de mudar-se, com tanto que próvem que são seus por título legal. Os escravos que tiverem de um a sete annos de idade só pagarão 50.000 reis.
§ 7.º Ditos de 350 reis por cada couro de produção da Província, que fôr exportado, e metade por cada vaqueta.
§ 8.º Ditos de meia siza de escravos 5 p. 010.
§ 9. Ditos de 16 p. 0\(\text{\textcircled{10}}\) sobre o consummo de bebidas alcoólicas.

§ 10. Ditos de 1:000 reis por cada cabeça de porco nas cidades, villas e lugares.

§ 11. Ditos de 1:500 rs., por cabeça de gado vacuum e de 2:000 reis por cada sete arrobas de carne seca, passando as Camaras Municipaes da Provincia a percebe-rem, desde já, os 500 reis, que ficão assim diminuídos ao antigo imposto de 2:000 reis que pelo Thesouro se arrecadavão sobre o mesmo gado.

§ 12. Ditos de 50:000 reis sobre casas de jogo de bilhar, e de modas.

§ 13. Ditos de 10 p. 0\(\text{\textcircled{10}}\) sobre o tabaco ou fumo.

§ 14. Ditos de 50:000 reis a 100:000 rs. sobre casas de fogos artificiaes.

§ 15. Ditos de 100:000 reis sobre casas de leilões permanentes, e de 1 p. 0\(\text{\textcircled{10}}\) nos valores dos que se fizerem em casas particulares.

§ 16. Ditos de 50:000 reis sobre casas que vende-rem bilhetes de loteria das outras Provincias.

§ 17. Dizimo do gado cavallar.

§ 18. Cobrança da divida activa posterior ao 1.\(\text{\textcircled{0}}\) de Julho de 1836.

§ 19. Dita de metade da divida activa de Julho de 1833 a Julho de 1836.

§ 20. Desconto nos ordenados dos Empregados que faltarem ao ponto.

§ 21. Reposições e restituições.

§ 22. Indemnisações.

§ 23. Multas de Contractos, Leis e Regulamentos.

§ 24. Juros de 6 p. 0\(\text{\textcircled{10}}\) sobre a divida activa da contestação da lide em diante.

§ 25. Dons gratuitos.


§ 27. Rendimento do Evento.

§ 28. Producto de rendas e arrendamento de bens pertencentes à Fazenda Provincial.

§ 29. Rendas extraordinarias.

§ 30. Saldo do anno findo.
CAPITULO 2.º

Despesa Provincial.

Art. 3.º O Presidente da Provincia é autorizado a despender durante o anno financeiro desta Lei com os artigos abaixo designados a quantia de 262:186$050 rs.

A saber:

Art. 4.º Com a Representação Provincial

§ 1.º Subsidio aos Membros do Corpo Legislativo nos dois mezês de Sessão ordinaria

§ 2.º Idem em um mez de prorrogação

§ 3.º Indemnização de vinda e volta aos que residirem fora da Capital

§ 4.º Pessoal da Secretaria na forma estabelecida

§ 5.º Expediente, impressão de papeis e outras despezas

14:194$000
6:944$000
3:360$000
1:600$000
1:790$000
500$000

Art. 5.º Com o pessoal da Secretaria da Provincia, inclusive, desde já, 1:200$ rs. para os 179 numeros do Periodico—Publicador Maranhense—segundo o Contracto celebrado pela Presidencia em 2 de Janeiro de 1852, com Ignacio José Ferreira, sendo este obrigado a publicar o expediente das Repartições Provinciais.

Art. 6.º Com a fiscalização e arrecadação das Rendas Provinciais

Art. 7.º Com a Instrução Publica

7:020$000
20:000$000
35.700$000

A saber:

§ 1.º Instrução Secundaria, inclusive, desde já o augmento de 60:000 reis a cada um dos Lentes do Lyceo, e o de 50:000 reis a cada um dos Professores do Interior

11:700$000
§ 2.º Instrução Primaria, inclusive, desde já, o aumento de 50:000 reis a cada um dos Professores e Professoras... 22:900$000
§ 3.º Pessoal da Bibliotheca Publica... 1:100$000

Art. 8.º Com diferentes subsidios... 34:323$000
A saber:
§ 1.º Ao Recolhimento de N. S. da Annuncação e Remedios para alimento de doze orphãos pobres, incluido o ordenado de 400$000 reis à Professora de Primeiras Letras... 2:800$000
§ 2.º Ao Seminario Episcopal para alimento de dez orphãos pobres que se dedicarem à vida eclesiastica, incluido o ordenado de 450$000 rs. ao Professor de Theologia... 2:450$000
§ 3.º A’ Casa dos Educandos artifices, para alimento e vestuario de 75 alunos... 10:800$000
§ 4.º Gratificação ao Director... 1:000$000
§ 5.º Ordenado aos Professores de Musica vocal e instrumental, de Escluptura e de Primeiras Letras; ao Almoxarife, Escrivão e Mestre de Officinas... 4:073$000
§ 6.º Ao Theatro da Capital... 7:200$000
§ 7.º A’ Companhia de navegação a vapor na forma do Contracto... 6:000$000

Art. 9.º Com o Culto Publico... 4:280$000
A saber:
§ 1.º Ao Capellão da Cadêa da Capital... 200$000
§ 2.º Ao Sachrista, desde já... 100$000
§ 3.º Ao Capellão da Igreja do Arahway... 300$000
§ 4.º Ao da do Rio da Córdia... 300$000
§ 5.º Ao Missionario, Director da Colonia do Pindaré... 500$000
§ 6.º Guisamentos pela maneira estabelecida
§ 7.º Festividades nos Dias Nacionais
§ 8.º Com os Coadjutores das Freguesias da Província a arbitrio do Ordinário, desde já

Art. 10. Com a administração da Justiça
A saber:
§ 1.º Sustento e dieta aos presos pobres
§ 2.º Sua condução e curativo; luzes para as prisões, e outras depezas

Art. 11. Com a Saúde e Caridade Pública
A saber:
§ 1.º Subsídio à Santa Casa da Misericórdia da Capital, para manutenção dos Lazaros e expostos, sendo 1.500$000 reis para os primeiros e 3.730$000 reis para os segundos
§ 2.º Com o Cirurgião Mór da Província

Art. 12. Com aposentadorias de Empregados, e reformados do Corpo de Polícia

Art. 13. Soldo aos officiaes e praças de Polícia; seu curativo; luzes para o Quartel; compra, transporte e concerto de armamento; reengajamento e Corpos de Guardas Campestrases

Art. 14. Com a illuminação da Província por prestações às Camaras Municipaes, desde já, guardadas as condições dos contractos em vigor
Art. 15. Com Obras Publicas

A saber:

§ 1.° Com o Canal do Arapapahy

§ 2.° Prestação, desde já, á Camara Municipal da Capital, para o concerto da Casa de prisão com trabalho, que deverá servir para Cadêa Publica

§ 3.° Prestações, desde já, á Camara Municipal da Villa do Rosario, sendo 800$000 reis para auxiliar a abertura da estrada de Pai-Simão ao Resfriado, construção de pontes &c, conforme a Lei respectiva; e 600$000 reis para a construção de uma ponte no Becco das Flores

§ 4.° Com o concerto da fonte de São José de Guimarães, desde já

§ 5.° Com o concerto das Matrizes das Villas da Chapadinha e Vargem Grande, desde já, sendo 500$000 reis para cada uma

§ 6.° Para a compra da casa de que trata o art. 30 da Lei n.º72 de 21 de Dezembro de 1849 que fica em vigor

Art. 16. Com o pagamento de juro de 6 p. 0 100 annuaes do emprestimo de quarenta contos de reis, e de 5 p. 0 100 da amortisacao da mesma quantia

Art. 17. Com Eventuaes

CAPITULO 3.º

Disposições Geraes.

Art. 18. Fica extinta a Directoria de Obras Publicas, e o Governo da Provincia autorizado a marcar uma gratificação razoavel, que não exceda a oitocentos mil reis por anno ao Engenheiro Civil ou Militar
que por elle foi encarregado da inspecção das obras publicas, ficando a cargo do Thesouro Provincial a fiscalização e pagamento das respectivas folhas.

Art. 19. O assucaar de produção da Provincia fica isento, desde já, de pagar os 5 p. 010 de sua exportação.

Art. 20. Os Professores do Lycéo vencerão, desde já o ordenado de 800$000 reis.

Art. 21. Os Professores e Professoras do ensino primario, bem como os do secundario do interior, per- cebem, desde já, 50$000 reis mais de ordenado.

Art. 22. A quarta parte dos vencimentos dos Pro- fessores tanto do ensino primario como do secundario, e bem assim das Professoras será, desde já, considera- da como gratificação de exercicio, e esta não será paga quando elles deixarem de comparecer ao ponto, ou se retirarem antes da hora; subsistindo todavia a disposição do art. 19 da Lei n. 312 de 24 de Novembro de 1851.

Art. 23 Os substitutos tanto de um como de outro ensino, percerão desde já, todos os vencimentos dos proprietarios durante o seu exercicio, e terão todos os onus e obrigações a que estão sujeitos os mesmos pro- pietarios.

Art. 24. Os mesmos Substitutos, uma vez nomea- dos poderão servir, desde já, com o mesmo Título que obtiverão, todas as vezes que forem chamados pelo Inspector da Instruçào Publica, ou pelos seus Delega- gados por qualquer impedimento dos respectivos pro- pietarios.

Art. 25. O Governo da Provincia fica auctorizado a despender, desde já, e com preferencia a qualquer outra obra, a quantia de 1:500$000 reis com a construcção de uma ponte no igarapé denominado—Cóva— na estrada da boiada, na villa do Itapucurú-mirim.

Art. 26. O mesmo Governo fica aautorizado a man- dar satisfazer a João Franklim dos Reis a quantia corres- ponspondente ao tempo que exerceu a Substituição da Cadeira de Língua Latina da Cidade de Alcantara.

Art. 27. O mesmo Governo fica autorizado a con-
ceder, desde já, um anno de licença com todos os seus vencimentos ao Oficial-maior da Secretaria da Pro-
víncia —João Rufino Marques, para tratar de sua sau-
de, onde lhe convier.

Art. 28. Fica o mesmo Governo autorizado a man-
dar pagar a quantia de 863:983 reis que a Camara Mu-
nicipal da villa de S. Bento deve a João de Deus Soa-
res de Mello.

Art. 29. Fica o mesmo Governo autorizado a man-
dar proceder ao orçamento de todos os concertos que
precizarem as Matrizes do Interior, o qual será apre-
sentado à Assembleia na sua próxima reunião.

Art. 30. Fica o mesmo Governo autorizado a man-
dar pagar, desde já, aos Guardas Campestres da Pa-
rochia de S. Bernardo —Cabo Benedicto José Ferreira,
e Guardas —Ambrosio Ferreira do Espírito Santo, Jo-
ão da Rosa Souza, e Martinho Francisco Gonçalves, a
quantia de 330:500 reis, conforme o Parecer da Com-
missão de Petições, pelos serviços que prestarão desde
17 de Maio de 1845 a 1 de Novembro de 1846.

Art. 31. Fica o mesmo Governo autorizado a dar,
desde já, por emprestimo, sem juros, á Camara Mu-
nicipal desta Cidade até seis contos de reis, pagaveis
em tres annos, contados d’aquelle em que se fizer o
emprestimo, para a obra da casa de matança e arroba-
ção do açougue da Capital.

Art. 32. Fica o mesmo Governo igualmente au-
torizado a reformar, desde já, a Repartição do Thesouro
Provincial, e Collectorias, pelo modo que achar mais
compativel com as necessidades do serviço publico,
não excedendo a quantia orçada nesta Lei.

Art. 33. Ficão em vigor as anteriores Leis dos Or-
camentos Provinciaes que não versarem sobre fixação
de receita e despesa, e não estiverem expressamente
revogadas.

Art. 34. Ficão revogadas todas as disposições em
contrario.

Mando, por tanto, á todas as Autoridades, a quem
o conhecimento e execução da referida Lei pertencer,
que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do Governo do Maranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial orçando a Receita, e fixando a Despesa Provincial para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1853 a 30 de Junho de 1854, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Marcolino Severiano da Silva, a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão 14 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 333—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial, sobre proposta da Camara Municipal da Cidade de Alcantara, Decretou a Lei seguinte:

Art. 1.º Todas os pessoas que retirar vivo o gado.
que houver recolhido ao curral desta Camara, pagará a esta mil reis por cabeça; não podendo o gado ser retirado antes do pagamento deste imposto.

Art. 2.º E' prohibido matar vaccas no açougue desta Cidade: Aos contraventores, dez mil reis de multa, e o dobro nas reincidentias.

Art. 3.º As rezes que forem destinadas para o consumo serão mortas á choupa, e depois sangrada: Aos contraventores, cinco mil reis de multa, e o dobro nas reincidentias.

Art. 4.º As carnes verdes expostas à venda, serão sempre postas, livres de pelles, sobre toalhas bem limpas, quer quando estejão penduradas sobre gauchos, quer quando colocadas sobre o balcão; também haverá todo o accio no cepo em que teem de ser picadas. Os ossos que ellas contiverem deverão ser serrados, e não picados a machado. Aos contraventores, cinco mil reis de multa, e o dobro nas reincidentias. A Camara fornecerá ao seu açougue os necessarios serrotes.

Art. 5.º As rezes que forem destinadas para o consumo não poderão ser mortas e esquartejadas antes das cinco horas da tarde do dia anterior ao da venda, e sem assistencia do Administrador do açougue ou Fiscal. Se este, depois de beneficiada a carne, entender que esta não deve ser exposta à venda, por ser nociva a alimentação ou salubridade publica, prohibirá a sua venda em qualquer parte que seja. Aos contraventores, quatro mil reis de multa, e o dobro nas reincidentias. A carne julgada nociva será queimada ou enterrada.

Art. 6.º Os vendedores de carnes no açougue, as não poderão vender sem estarem picadas hum quarto trazeiro e hum dianteiro, e sem que as pesem devidamente. Aos contraventores, cinco mil reis de multa, e o dobro na reincidentia.

Art. 7.º E' prohibido vender-se no açougue e talhos, assim como pelas ruas, carne verde depois das duas horas da tarde. Aos contraventores, cinco mil reis de multa e o dobro na reincidentia.
Art. 8.º Sómente no matadouro público, e nos particulares autorizados pela Câmara é que se poderá matar ou esquartejar rezes, porcos, e carneiros que foram para negócio. Aos contraventores, multa de cinco mil reis, e o dobro na reincidenta.

Art. 9.º É prohibido sahir do matadouro o de ventre (vulgarmente chamado fato) dos animaes, sem que primeiramente seja limpo, aferventado, e preparado à beira da praia, devendo os despojos ser derretidos ali mesmo afin de obter-se o sebo. Aos contraventores quatro mil reis de multa, e o dobro na reincidenta.

Art. 10. Fica proibido matar-se gado no açougue desta Cidade sem que se apresente primeiramente ao Fiscal da Câmara uma guia passada pelo Subdelegado, Juiz de Paz, ou Inspector de Quarteirão do lugar d'onde tiver vindo, na qual se declare esse lugar, a côr e ferro do gado, e o nome de quem o vendeu, devendo essa guia depois que tiver o visto do Fiscal ser registrada pelo Administrador do açougue em um livro proprio. São exceptuados os criadores pelo que pertence ao gado marcado com seus ferros próprios, entendendo-se por criadores os que pagarem imposições à esta Câmara ou que provarem pagar os á outras Camaras. Aos contraventores, vinte mil reis de multa, e o dobro na reincidenta, ou vinte dias de prisão quando não tenham meios com que possam satisfazer a multa.

Art. 11. Ninguem poderá criar, conservar, ou ter porcos soltos dentro dos limites desta Cidade: aos contraventores cinco mil reis de multa e o dobro na reincidenta, e o porco que fôr encontrado solto ou em qualquer quintal pertencerá ao seu apprehensor ou denunciante. Para a conservação dos porcos destinados para o consumo publico fica designada a praia dos Barcos, onde se poderão construir para esse fim os necessarios chiqueiros. Os porcos, porém, que vierem de fora para consumo particular ou para venda poderão ser conservados em casa até dous dias, que serão regulados pela licença, que der o Collector para a entrada.
Art. 12. É proibido dentro da Cidade derreter sebo em rama; salgar couros; cortá-los, expol-os ao sol em qualquer lugar della, conserval-os em casa, e só se poderá fazel-o na praia dos Barcos, onde os que tiverem e negociarem em taes generos poderão construir armazens provisórios para os guardarem n’elles, precedida licença da Camara, que para esse fim concederá gratuitamente a necessária porção de terreno, devendo os mesmos armazens serem demolidos logo que a Camara precise dos terrenos ou tenha armazens seus em que esses generos possam ser conservados. Aos contraveniores; trinta mil reis de multa e o dobro na reincidentia.


Art. 15. Ninguem poderá conduzir carros pelas ruas do municipio sem licença da Camara, pela qual pagarão anualmente tres mil reis quando os carros forem forados, e seis mil reis quando o não forem. Aos contraveniores, dous mil reis de multa e o dobro na reincidentia.

Art. 16. Todos são obrigados a conservar sempre limpas as frentes das casas em que morarem, bem como dos seus terrenos, quintas, e sitios, e das estradas em frente das terras, que lhe pertencerem, até ao meio da rua, becos, praças, caes ou estradas; e a ninguem é permitido lançar nas ditas ruas, becos, praças, estradas, caes ou beira de praia, entulhos, lixos, ferros, vidros, ossos, animaeis mortos, ou quaesquer objectos immundos, porque estes serão atirados ao mar; os vidros, ferros, ossos e animaeis mortos serão enterrados:
e os entulhos, e lixos serão deitados nos covões, ou nos lugares designados pela Câmara. Aos contraventores multa de dez mil réis, com obrigação de tudo removerem á sua custa na forma acima determinada. E não se sabendo quem seja o contraventor recairá a multa, e mais encargos sobre o morador do predio, em cuja testada forem encontrados os ditos objectos, ficando salvo á aquelle recurso contra os culpados.

Art. 17. E' expressamente prohibido deitar dos quintas para a superficie das ruas pelos canos destinados para o escoamento das aguas pluviais quequer liquidos infectos, e immundos, e lançar estes nos chãos vazios, abertos ou cercados. Aos contraventores quinze mil reis de multa, e o dobro nas reincidencias.

Art. 18. Ninguem pode embaraçar pelo seu terre- no ou predio a passagem das aguas pluviais do terre- no ou predio visinho, que naturalmente para elle se encaminhem, quer haja servidão estabelecida, quer a impossibilidade de serem as mesmas aguas encanadas immediatamente para as ruas e estradas. Aos contraventores cinco mil reis de multa e o dobro nas reincidencias.

Art. 19. Os que possuírem terrenos ou chãos den- tro da Cidade, e seus suburbios os trarão sempre lim- pos, e de maneira que não possão conservar aguas es- tagnadas, e não consentirão que se edifiquem nos ditos terrenos casebres para moradia de escravos. Aos contra- ventores, tanto da primeira como da segunda parte desta postura, multa de dez mil reis, e o dobro nas re- incidencias.

Art. 20. Os que possuírem terrenos pantanosos ou encharcados dentro da Cidade serão obrigados a ater- ral-os no prazo que lhes for intimado pelo Fiscal. Se o trabalho for de natureza tal que necessite de mais algum tempo, a Câmara concederá o prazo que julgar necessário para a ultimação do dito trabalho. Aos contraventores, multa de cinco mil reis e o dobro nas reincidencias.

Art. 22. Todos são obrigados a conservar seus quintais sempre limpos, sem lamaças, immundicias, ou esterqueiras; a fazer remover frequentemente os estrumes das estribarias, e todas as mais matérias excrementaes, para os covões dos suburbios da Cidade; e a lançar dos ditos quintais para a rua as águas pluviaes por meio de canos, que deverão ser conservados limpos e desentupidos. Aos contraventores, cinco mil reis de multa, e o dobro nas reincidencias.

Art. 23. Fica prohibida a pescaria de redes, tapagens, e bateduras nas mães dos rios, e lançar nestes o umbó ou qualquer erva que afugente e mate os peixes. Aos contraventores, tanto da primeira como da segunda parte desta postura, dez mil reis de multa e o dobro nas reincidencias.

Art. 24. A Camara nomeará dentre os foreiros das terras do seu patrimônio um Fiscal que vigie sobre as mesmas terras, e dé annualmente huma relação de todos os foreiros que estiverem estabelecidos ou roçarem nelas. O Fiscal não consentirá que pessoa alguma roce nas referidas terras sem provar por hum recibo do Procurador da Camara, que tem pago a esta o competente foro. O mesmo Fiscal terá todos os annos pelo seu trabalho um roçado de cinquenta braças em quadro.

Art. 25. Pessoa alguma poderá roçar nas terras do patrimônio desta Camara sem que primeiro pague o foro respectivo, e apresente ao Fiscal das mesmas terras o recibo desse pagamento, no qual se deve declarar o numero de braças que pode roçar. Da mesma forma ninguém poderá tirar madeiras fora dos cortes ou limites dos seus roçados. Aos contraventores, multa de cinco mil reis, e nas reincidencias o dobro com cinco dias de prisão.

Art. 26. Fica absolutamente proibido nesta Cida-
de o enterramento de cadaveres nos templos della e seus adros. Em quanto a Camara Municipal não ti-
ver hum cemiterio seu, serão os enterramentos feitos
no cemiterio da Irmandade de S. Benedicto, encom-
mendando-se os corpos na Igreja de N. S. do Rozario
em quanto não estiver concluida a capella do mesmo
cemiterio. O Procurador da dita Irmandade apresen-
tará à Camara huma tabella dos preços das catacumbas e sepulturas para serem por ella corregidos e ap-
provados, e em quanto o não fizer serão gratuitas as
sepulturas.

Os que infringirem a presente postura sofrerão a
pena de trinta mil reis de multa e o dobro na reinci-
dencia com mais dez dias de prizão. Os directamen-
te responsaveis pela infracção da presente postura são
os Vigarios ou Coadjutores das Matrizes em que se fi-
zerem os enterramentos; o Prior ou Comendador dos
conventos em que elles tiverem lugar; os Administra-
dores de capelllas, e todos aquelles que tiverem a seu
cargo a administração de hum templo desta Cidade.

Art. 27. Ficão revogadas as Leis e disposições
em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem
o conhecimento e execução da referida Lei pertencer
que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como
nella se contém. O Secretario da Provincia a faça im-
primir, publicar e correr. Palacio do Governo do Mar-
ranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos e
cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia
e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o Sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda
executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provin-
cial, approvando as posturas da Camara Municipal
da Cidade de Alcantara, como acima se declara.
Para Vossa Excelência vêr.

Augusto Frederico Colin a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província do Maranhão em 14 de Outubro de 1852—O Secretário interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

LEI N. 334—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial sobre proposta da Câmara Municipal da Villa do Codó, Decretou, a Lei seguinte:

Art. 1.º Rez nenhuma se poderá matar e esquartejar para consumo desta Villa, senão no pateo do curral do Conselho distante da portearia dez braças deixando-se a imundícia para os lados, afim de não ficar impedido o transito público. Aos contraventores multa de quatro mil reis, e o dobro na reincidentia.

Art. 2.º As rezes destinadas para o consumo público deverão ser mortas das quatro às seis horas da tarde do dia anterior ao da venda, sendo bem sangradas e procedendo o pagamento dos respectivos impostos á Câmara e á Collectoria. A venda da carne verde nunca deverá estender-se além das duas horas da tarde. Aos contraventores multa de cinco mil reis.

Art. 3.º Os quartos de carne tirados do matadouro público só se poderão vender nos talhos permitidos pela Câmara; estes talhos são sujeitos á rigorosa ins-
pecção do Fiscal, quanto à sua salubridade e asseio; quanto à fidelidade dos pesos, e à qualidade da carne. Aos contraventores multa de seis mil reis.

Art. 4.º Se pela inspeção ordenada no artigo antecedente, ou por qualquer maneira conhecer-se que a carne pelo seu estado pode ser prejudicial à saúde pública, o Fiscal, ou qualquer pessoa do povo o fará constar a alguma das autoridades policiais, a qual procederá imediatamente a um exame por peritos que nomeará, e verificando-se pelo dito exame, que a carne está em estado de corrupção, ou que com efeito poderá prejudicar a saúde pública, a mandará queimar ou enterrar. Aos contraventores multa de dez mil reis, e o dobro na reincidentia.

Art. 5.º Sem licença da Câmara, ninguém poderá vender publicamente, ou pelas praças, ruas, e becos desta Villa e Povoação, carne seca ou verde de porco, ou de gado vacúm, ovelhúm e cabrúm. Aos contraventores multa de quatro mil reis, e o duplo na reincidentia.

Art. 6.º Os quartos de carne recolhidos aos talhos desta Villa serão ali dependurados em ganchos de ferro bem asseizados, e de modo que fiquem os ditos quartos separados uns dos outros: os mesmos talhos deverão ser fechados com grades, que facilitem o ingresso do ar. Aos contraventores multa de dez mil reis, e o dobro na reincidentia.

Art. 7.º Ninguém poderá vender carne verde, ou seca de gado impostado. Aos contraventores multa de cinco mil reis, e o dobro na reincidentia, alem da perda da carne, que será queimada ou enterrada pelos donos.

Art. 8.º Por cada cabeça de gado que for recolhida ao curral do Conselho, o que não for destinada para o consumo público, pagarão os respectivos donos 100 reis.

Art. 9.º Os carros que vierem dos centros para esta Villa deverão descharregar dentro de duas horas, e retirar-se imediatamente para os largos ou chãos.
vasios mais próximos, donde só sahirão, quando tiverem de regresar, para desta forma não impedirem o livre transito. Aos contraventores multa de dez mil reis, e o dobro na reincidencia; e sendo escravo será paga a multa pelos respectivos senhores.

Art. 10. Os proprietarios de predios e terrenos nesta Villa serão obrigados a entulhar qualquer lugar pantanoso, que por ventura exista defrente de suas ditas propriedades. Aos contraventores multa de cinco mil reis, e o dobro na reincidencia. Se forem pessoas miseraveis, a Camara mandará fazel-o a sua custa.

Art. 11. Ninguem poderá ter solto pelas ruas desta Villa gado vaccúm, ovelhúm, ou cabrúm, sem que o faça acompanhar de um pastor. Aos contraventores multa de dous mil reis por cada cabeça, e o dobro na reincidencia.

Art. 12. Pessoa alguma, poderá ter quintas e quintaes dentro desta Villa, e seus limites, sem que sejam cercados ou amurados, sob pena de não poderem haver os prejuizos que lhe causaram os animaes, e nem de poderem offender a estes. Aos contraventores multa de dez mil reis, e o dobro na reincidencia.

Art. 13. É prohibido lançar-se fogo nos matos das immediações desta Villa. Aos contraventores multa de vinte mil reis, e oito dias de prisão; e sendo escravos sofrerão a pena de vinte e cinco açoites mandados executar pela autoridade policial.

Art. 14. Ninguem poderá seccar couros nas ruas, praças e beccos desta Villa. Aos infractores multa de cinco mil reis e o dobro na reincidencia; e se estes se negarem ao pagamento da multa, venderá o Fiscal em hasta publica, os couros que forem sufficientes para a satisfação da mesma.

Art. 15. Os que quizerem edificar ou reedificar casas ou muros nesta Villa, que não tenham um lugar onde possam recolher os materiaes poderão pedir licença á Camara para tel-os nas praças, ruas e travessas, de maneira que não embaracem o transito publico: a referida licença só terá vigor por seis mezes. Aos contraventores multa de dez mil reis.
Art. 16. Os que tiverem terrenos nesta Villa serão obrigados a registrar os respectivos títulos no prazo de seis meses, contados da publicação da presente postura. Aos contraventores multa de dez mil reis, e o dobro na reincidência.

Art. 17. Trinta dias depois da publicação da postura presente, pessoa alguma poderá criar porcos soltos pela Villa. Os que assim andarem poderão ser mortos por quem os encontrar.

Art. 18. Quando o Fiscal deixar de cumprir suas obrigações, não fazendo com que sejam fielmente observadas as posturas d’esta Câmara, a mesma Câmara, ou o seu Presidente, quando ella não esteja reunida, impor-lhe-ha a multa de quinze mil reis, e o dobro na reincidência.

Art. 19. O Procurador da Câmara quinze dias depois de lhe ser remettido pelo Fiscal o termo de imposição de multa, ao mais tardar, tratará de cobral-a pelos meios amigáveis, e se por este modo a não poder obter, proporá acção em juízo, continuando n’esta até final sentença. Se porém o Procurador deixar de observar a presente postura, será pelo Fiscal multado na quantia de dez mil reis, e o dobro na reincidência, além do pagamento do damno á Câmara pela sua negligência. O Fiscal remeterá directamente o termo de similhante imposição á qualquer autoridade policial.

Art. 20. As pessoas que forem chamadas pelo Fiscal para testemunharem alguma imposição de multa por infracção de postura, serão obrigadas a acompanhar-o para esse fim, salvo o caso de impedimento físico. Aos contraventores multa de dez mil reis.

Art. 21. Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos e cin-
Enta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, approvando as posturas da Cámara Municipal da Villa do Codó, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Marcolino Severiano da Silva a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 14 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 335—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Provincia do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, sobre proposta da Cámara Municipal da Villa do Rosario, Decretou a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica prohibido o costume de salgarem-se couros dentro da Villa, e de se estenderem os mesmos á seccar nas ruas e praças. O logar unicamente permitido pela Camara para um e outro fim é o do curral do Conselho, em cujas circumvisinhanças, as pessoas que se empregão neste genero de negocio poderão mandar
construir suas salgadeiras, e limpar o terreno que lhes for mister, precedendo despacho da mesma Camara, que só o poderá conceder do compreendido no seu foro que é de cincenta braças.

Os contraventores serão multados na quantia de trinta mil reis, por cada uma vez; e o Fiscal, depois de impôr a multa, representará a qualquer autoridade policial para obrigar o infractor a remover os couros para o logar destinado.

Art. 2.° As pessoas empregadas no commercio de couros salgados, frescos, ou seccos—que actualmente os teem depositados nas suas salgadeiras—são obrigadas a mudar—os para o logar designado no art. 1. °, dentro de trinta dias, a contar-se do em que for publicada, por Edital, a presente Lei. O Fiscal assistirá, indispensavelmente, ao acto d'esta publicação.

Os contraventores sofrerão a multa do artigo precedente; e o Fiscal cumprirá a ultima parte do mesmo artigo fazendo a representação á autoridade policial.

Art. 3. ° E' expressamente proibido da publicação desta Lei em diante, embarcarem-se couros, qualquer que seja a sua qualidade, nos portos principaes da Villa. A Camara designa para isso o porto que fica contiguo á casa de José Joaquim Pinheiro, e os que se seguirem para cima. A condução dos mesmos couros do logar do curral para os portos d'embarque será sempre feita por caminhos á sotavento da Villa. O Fiscal é obrigado a assistir ao embarque de qualquer partida de couros, organizando delles uma relação em que se declare as suas marcas, nomes das pessoas que os embarcam, ou á quem pertencem, para onde são remetidos, e á quem. Esta relação será entregue ao Secretario da Camara, que sob sua immediata responsabilidade a archivará.

Os contraventores serão multados na quantia de dez mil reis, e no duplo na reincidencia.

Art. 4. ° Os habitantes da Villa e Povoações do Municipio não consentirão em frente das testadas de suas casas e terrenos nenhum animal morto, excre-
mentos, lixos, palhas, monturos, ciscos, ou outras quaesquer immundicias.

Os contraventores serão multados em dous mil reis com a obrigação de ser o animal enterrado á sua custa. A multa, porém, não terá logar si o inquilino ou proprietario da casa ou terreno, remover o animal ou immundicias em seguida ao aviso que para isso lhe fizer o Fiscal. Sabendo-se quem lançou na rua o animal morto, ou lixo, será essa pessoa multada em doze mil reis, pagando tambem as despezas que se fizerem. Os ciscos, excrementos & serão lançados ao rio á custa do proprietario ou inquilino. O Fiscal executará diariamente esta Postura.

Art. 5.º Os moradores da Villa são obrigados a conservarem em estado de limpeza os seus terrenos, não edificados, e os quintaes das casas fazendo juntar todo o lixo e immundicias que nelles houverem para serem queimadas, ou lançadas em logar afastado á sotavento da Villa. Para verificar a infração desta Postura, o Fiscal pedirá licença aos donos das casas e quintaes, e não consentindo estes, recorrerá á autoridade policial, que assistida de duas testemunhas fará a inspecção necessaria, que nunca terá logar de noite.

Aos contraventores multa de cinco mil reis.

Art. 6.º Os possuidores ou inquilinos de casas e terrenos com fundos para o rio ficão obrigados a fazer limpar, todos os sabbados, as margens do dito rio, compradendo em seus terrenos e quintaes, fazendo-as desembaraçar de todo o lixo e materias corruptivas, que possão infeccionar o ar.

Ninguem se poderá banhar no mesmo rio das cinco horas da manhã às sete da noite

Os contraventores serão multados em dez mil reis pela primeira vez, e o duplo na reincidencia; sendo mais os infractores da primeira parte desta Postura compelidos pela autoridade policial, a mandarem fazer a sua custa a limpesa ordenada.

Art. 7.º Não é permittido terem-se porcos soltos pelas ruas da Villa; os que forem encontrados serão
mortos e postos à disposição do Delegado de polícia, para serem dados aos presos, e na falta destes aos pobres. Para desempenho desta Postura o Fiscal requisitará auxílio às autoridades policiais.

Art. 8.° E expressamente proibida a vendagem de carnes e peixes frescos ou salgados que estiverem damnificados ou corruptos, e bem assim os comestíveis — e quaisquer outros géneros sólidos, ou líquidos.

Os contraventores serão multados na quantia de vinte mil reis, e o dobro na reincidência. Os géneros que assim forem encontrados, quer sejão em terra, quer à bordo de qualquer embarcação, serão apreendidos e levados pelo Fiscal ao Delegado de Polícia, que sumariamente conhecerá do estado d’elles, nomeando para isso peritos: julgados, sem forma alguma de processo, esses géneros prejudiciais à saúde pública, serão lançados no rio, ou enterrados, como melhor parecer ao mesmo Delegado.

Art. 9.° Os talhos para venda de carnes verdes, para consumo público, devem ser colocados em casas, cujas paredes sejão de madeira e taipa, e não como até aqui, em telheiros abertos; com portas e feixaduras para o lado da rua, caiadas interior e exteriormente, e o pavimento atijolado, ou rebocado com cal e areia: as paredes terão ganchos de ferro para nélhes se exporem à venda os quartos de carnes, que serão picados em cépos limpos. Estas casas ou talhos terão janellas a barlavento para dar livre circulação ao ar: diariamente, depois da venda da carne, serão os mesmos talhos varridos, lavado ou raspado o pavimento, e todo o liso lançado no rio. O Fiscal inspecionará todos os dias estas casas, não só no que for concernente ao aceiô, como para verificar se há fidelidade nos pesos e balanças.

Os contraventores, de qualquer das disposições acima mencionadas, serão multados na quantia de trinta mil reis.

Art. 10. Fica proibido o enterramento de cadáveres nas praças e ruas da Villa. Os contraventores, ou
o Sacerdote que dê sepultura ou consenso para ella, serão multados na quantia de trinta mil reis, e no dobro na reincidentia.

Art. 11. A Camara Municipal mandará edificar, fora da Villa, á sotavento em distancia de mil ou mais braças, as casas que forem precisas para nellas serem recolhidas as pessoas que se acharem atacadas de qualquer molestia contagiosa, epidemica ou pestilente: logo que o Fiscal tiver noticia de que algum se acha n’esse estado avisará ao Presidente da Camara para este convocar a Vereação, darem-se as providencias convenientes afim de salvar-se a vida do enfermo se for possível, e evitar que o mal passe á outras pessoas. Quando, porém, por qualquer motivo, essa convocação não possa ter logar, fica o mesmo Presidente autorizado a dar todas as providencias d’acordo com o Delegado de policia. Havendo negligencia da parte do Fiscal, reconhecida na primeira Sessão da Camara, pagará elle—como multa—a quantia de trinta mil reis.


Os contraventores serão multados em dez mil reis, e no dobro na reincidentia.

Art. 13. Ficão regovadas todas as Leis e disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario da Provncia a faça imprimir publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos e cinqüenta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olímpio Machado.

Estava o sello.
Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provin-
cial, approving as posturas da Camara Municipal
da Villa do Rozario, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Marcolino Severiano da Silva a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Província de
Maranhão em 14 de Outubro de 1852.—O Secretario in-
terino,

João Rufino Marques.

Registrada a fl. 19 do Livro 3.° de Leis e Resoluções
da Assembleia Legislativa Provisonal. Secretaria da
Província do Maranhão em 14 de Outubro de 1852.

Roberto Augusto Colin.

---

LEI N. 336—DE 14 DE OUTUBRO DE 1852.

O Doutor Eduardo Olimpio Machado, Presidente
da Província do Maranhão. Faço saber a todos os
seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provin-
cial, sobre proposta da Camara Municipal da Capital,
Decretou a Lei seguinte:

Art. 1.° E' obrigado todo o proprietario nesta Ci-
dade a dar principio á calçada das testadas de suas
casas, quintas e terrenos, dentro de quarenta dias, con-
tados d’aquelle em que for concluida a calçada da rua
correspondente ás suas ditas propriedades; a fazer ter-
minar as mesmas testadas n’um praso rasoavel, que
lhe sera assignado pelo Fiscal de acordo com o En-
genheiro da Camara Municipal; e a conserval—as sem-
pre em bom estado. Essas testadas serao feitas segun-
do o alinhamento e plano dado por esta Camara, a
quem o proprietario devera officiar, indicando o dia
em que pretende dar-lhes princípio, para o fim de ser a sua construção dirigida e inspeccionada pelos referidos Fiscaes e Engenheiro. Nas ruas principaes e largas, ou de mais de trinta palmos, que permittão uma calçada central de vinte palmos de largura, que é a que commummente costumão ter tais ruas, serão as testadas construídas de modo que fiquem elevadas meio palmo, pouco mais ou menos, acima do nivel da calçada da rua, devendo ser feitas de lages, ou de pedras brancas rijas, faceadas e bem unidas umas às outras: nas ruas estreitas serão construídas da mesma qualidade de pedras, porém simplesmente em continuação da calçada da rua, sem elevação alguma.

Aos infractores, em qualquer dos casos, multa de 25$000 reis, e o dobro na reincidencia, mandando a Camara construir as testadas a custa do proprietario. Se a propriedade porem for de pouca monta, e o dono provar que é nimiamente pobre, a Camara as mandará fazer á sua custa.

Art. 2.° — Ninguem poderá transitar com carga, ou estar parado com ella sobre os passeios das ruas, e bem assim andar a cavallo, condusil–os ou tel–os para sobre os mesmos passeios; nem conservar sobre elles, ainda que momentaneamente, cadeiras, caixões ou outros quaesquer objectos que embaracem o transito publico.

Aos contraventores multa de 2$000 rs., e não tendo com que a paguem, sofrerão dois dias de prizão; e, se for escravo, será castigado na falta de pagamento da multa pelos respectivos senhores, não excedendo o castigo a duas duzias de palmatoadas.

Art. 3.° — Os animaes de carga que andarem nesta Cidade, serão condusidos a passo, presos uns após os outros, e levados pelo centro das ruas, devendo nesta mesma ordem ser descarregados.

Aos contraventores, ou donos infractores, multa de quinhentos reis por cada animal.

Art. 4.° — Sem expressa licença da Camara ninguem poderá dentro da Cidade lançar fogo a roquei-
ras, ou a quequescer fogos de arteficio, que possão pre-
judicar aos que transitão pelas ruas, ou dar causa a
incendios.

Aos infractores multa de 10$000 reis, além do dam-
no por que forem responsaveis.

Art. 5.º Ninguem poderá ter carruagens, carros,
carroças, seges ou carrinhos, que transitem nesta Ci-
dade—seja a que título for—sem prévia participação á
Camara Municipal, para o fim de as mandar numerar.

Aos contraventores multa de 10$000 reis, devendo
o objecto ser depositado até a satisfação da multa.

Art. 6.º Dentro da Cidade só épermitido o uso
de carro com rodas que se movam sobre eixos fixos no
mesmo carro, devendo as ditas rodas ser escavadas no
aro, e embutidas neste as cabeças dos pregos que as
guarnecerem, de modo que nunca excedam a superfi-
cie do mesmo aro.

Aos contraventores multa de 20$000 reis, sendo de-
positado o carro até a satisfação da multa. Os carros
de roda fixa que vierem de fora com cargas deverão
descarregar no Campo d’Ourique.

Art. 7.º As pessoas que conduzirem carros, seges
ou carrinhos, deverão guiar-os directamente pelas ruas
e estradas, dando sempre a direita aos carros que en-
contrarem em sua marcha. Dentro da Cidade as car-
rugagens de luxo, que publicas, quer particulares, não
poderão andar mais do que a trote, moderando-o ao
dobrar as ruas, e trasendo lanternas acênas nas noites
de escuro. Os carros ou carroças de carga andarão a
passo, sendo seus donos obrigados a pôr, em vez de
lanterna, um chocalho ao pescoço dos animaes.

Aos contraventores, ou donos infractores, multa de
5$000 reis, e na reincidencia a de 10$000 a 60$000
reis, ficando o carro depositado até a satisfação da
multa.

Art. 8.º Fica prohibido dentro da Cidade o uso
de zorras.

Aos infractores multa de 30$000 reis, sendo as zor-
ras depositadas até a satisfação da multa.
Art. 9.° Os professores e professoras públicas de primeiras letras, e os substitutos em exercício, são obrigados a ser assíduos no exercício de suas funções, principiando-as e acabando-as todos os dias ás horas determinadas pelos Regulamentos da Instrução Pública, ficando a cargo dos Fiscaes dar parte ao Delegado da Instrução Pública de qualquer ocorrencia a este respeito.

Art. 10. Ninguem poderá ter porcos dentro da Cidade, e seus subúrbios, sob qualquer pretexto. A quinta do matadouro é o único lugar onde é permitido a qualquer pessoa o construir chiqueiros para criar e conservar porcos, os quais serão sustentados á custa dos donos, que pagarão á Camara uma taxa de mil reis por cabeça por todo o tempo que ali os conservar. O Fiscal com tudo poderá permitir aos particulares que matem porcos em suas casas para consumo próprio, uma vez que elles se sujeitem á que no dia seguinte sejão as casas visitadas, afin de verificar-se se a matança do porco teve lugar na forma da licença.

Aos contraventores multa de 30$000 reis, e o dobro na reincidencia, e o porco que for encontrado solto pelas ruas ficará pertencendo ao apprehensor.

Art. 11. Os Adjuntos aos Fiscaes, ou Guardas Municipaes, creados em virtude da Lei n. 311 art. 7.°, para cuidarem na Polícia Municipal, usaráo do uniforme que lhes for marcado pela Camara. Andarão armados de terçados presos por um cinturão de couro preto envernizado.

Art. 12. Os Guardas Municipaes serão conservados pela Camara em quanto bem servirem, e deverão obedecer promptamente ao chamado dos Fiscaes, ou do Procurador da Camara para qualquer deligencia, e cumprir tudo o que por elles lhes for ordenado a bem dos interesses do Municipio, uma vez que não tennão alguma especial missão, ou ordens terminantes a executar, do Presidente da Camara.

Art. 13. Os Guardas Municipaes terão principalmente á seu cargo:
§ 1.º Rondar dia e noite as ruas do distrito que for marcado a cada um pelo Presidente da Camara, a quem darão todos os dias parte de qualquer occurrence.

§ 2.º Lavrar os autos de contravenção em flagrante, fazendo-os assinar por duas testemunhas, e remetendo-os logo ao Fiscal, para serem por este rubricados, e enviados ao Secretario da Camara, afim de terem o conveniente destino.

§ 3.º Levar a presença da autoridade policial competente o infractor desconhecido, vagabundo, ou escravo.

Art. 14. Os Guardas omissos no cumprimento de seus deveres serão multados em 2$000 reis, e na reincidência sofrerão a pena de 4$000 a 10$000 reis de multa com dois a quinze dias de prisão.

Art. 15. Pessoa alguma negará as licenças que tiver quando o Guarda Municipal, ou Fiscal as exigir, salvo se houver motivo justo para isso, com tanto que a apresentação delas não exceda o prazo de vinte e quatro horas depois da intimação, e tenham data anterior ao acto da sua recusa.

Art. 16. Nos casos em que as infracções forem dentro das casas dos cidadãos, o Fiscal, ou Guarda Municipal com toda a civilidade pedirá licença ao dono para entrar e verificar a infração, se porem o dono recusar a licença, a requererá ao Subdelegado de Policia, que o acompanhará na vizita, seguido de dois vizinhos, ou individuos, que para esse fim intimará com pena de desobediencia. Para esta visita será previamente intimado o dono da casa, ou quem suas vezes fizer. As visitas só poderão ser feitas de dia, e nunca de noite.

Art. 17. Os Guardas requisitarão às autoridades civis ou militares todo o auxilio que julgarem preciso para o bom desempenho de suas obrigações.

Art. 18. Ficão sem vigor as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as Auctoridades a quem
o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contêm. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos e cincocento e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Eduardo Olimpio Machado.

Estava o Sello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Proviscular, approvando as posturas da Camara Municipal da Capital, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Marcolino Severiano da Silva a fez.

Sellada e publicada na Secretaria da Provincia do Maranhão em 14 de Outubro de 1852.—O Secretario interino,

João Rufino Marques.


Roberto Augusto Calmon.
REGULAMENTOS
EXPEIDOS PELO GOVERNO PROVINCIAL
PARA
Execução das Leis da Assembléa
DA
PROVINCIÀ DO MARANHÃO
No anno de
1852.

MARANHÃO.
Typ. da—TEMPERANÇA.—Imp., por M. P. Ramos
rua Formosa, casa n.
1853.
INDICE DOS REGULAMENTOS
EXPEDITOS PELO GOVERNO PROVINCIAL
PARA
EXECUÇÃO DAS LEIS DA ASSEMBLEIA
da
PROVINCIA DO MARANHAO.
1852.

Regulamento—de 4 de Junho, criando uma Administração de obras publicas... 83
Regul. —de 15 de Junho—para a arrecadação das taxas de heranças e le- dos----------------------------- 84
Regul. —do 1.º de Julho—sobre as atribuições do Thesouro Publico Pro- vincial, sua escripturação e contabilidad...----------------------------- 93
O PRESIDENTE DA PROVINCA, USANDO DA atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 16 da Lei Provincial n. 291 de 9 de Dezembro de 1850, determina que se observe o seguinte:

REGULAMENTO.

Art. 1.º Fica creada nesta Provincia uma Administração de obras Publicas.

Art. 2.º Esta Administração será composta:
De um Administrador, com o ordenado annual de 1.500$000 reis.
De um Ajudante com o de 800$000 reis.
De um Almoxarife com o de 600$000 reis.

Art. 3.º Os actuaes Ajudante e Almoxarife pertencentes a extincta Directoria, continuará á servir em virtude dos Titulos, que já lhe forão conferidos.

Art. 4.º Sendo insuficiente o credito marcado pelo sobredito artigo para as despesas com Administração das obras Publicas, fica provisoriamente elevado á quantia de tres contos de reis, sendo cem mil reis para as despesas com o respectivo expediente, e o restante para pagamento dos ordenados dos Empregados acima referidos.

Art. 5.º Em quanto este excesso de despesa não for auctorizado pela Assembléa Legislativa Provincial deverá ser o pagamento feito pelas scobras tanto do corrente como dos exercicios que se seguirem.

Art. 6.º Ficão em vigór todas as disposições do Regulamento do 1.º de Dezembro de 1847 na parte que for aplicavel á esta nova organização.

Palacio do Governo do Maranhão 4 de Junho de 1852.

EDUARDO OLIMPIO MACHADO.
O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, USANDO DA
atribuição que lhe compete pelo § 4.º do art. 24
do Acto Addiccional à Constituição do Imperio or-
dena se observe o seguinte

REGULAMENTO.

PARA A ARRECADAÇÃO DAS TAXAS DE HERANÇAS E
LEGADOS.

Art. 1.º A quota do imposto, estabelecido pelo §
8.º do Alvará de 17 de Junho de 1809, será deduzida
na forma seguinte:

§ 1.º Pelas quitações que derem os herdeiros ou
legatários por efeito do testamento, que não forem
ascendentes ou descendentes do testador, se pagar-á a
taxa correspondente à décima do valor da herança
ou legado que efectivamente se arrecadar.

§ 2.º Pelas quitações que derem os herdeiros abin-
testado, que não forem ascendentes ou descendentes
do falecido, mas parentes até o segundo grão inclusi-
ve, na forma do direito canonico, pagar-se-á a quota
igual à décima da herança que realmente se arrecadar,

São parentes collateraes ou transversaes dentro do
segundo grão para serem sujeitos somente ao impos-
to da décima da herança havida por testamento ou
abintestado:

1.º Os irmãos.
2.º Os sobrinhos, filhos de irmãos.
3.º Os tios, irmãos dos pais.
4.º Os primos, filhos dos tios irmãos dos pais.

§ 3.º Pelas quitações que em igual caso derem os
parentes do falecido intestado, fora do segundo grão,
se pagar-á a taxa igual á quinta parte da herança arre-
cadada por elles.

Art. 2.º Ao pagamento da taxa de heranças e le-
gados são obrigados n'esta Provincia tanto os nacio-
naes como os estrangeiros, procedendo-se sempre na
cobrança d’ella nos mesmos casos e pela mesma forma prescrita neste Regulamento.

Art. 3.º Todas as heranças ou sejão de testamento ou abíntestado nesta Província, cujos herdeiros ou legatários tiverem de pagar taxa, serão arrecadadas, inventariadas, avaliadas e partilhadas com audiência do Procurador Fiscal, quando o inventário for feito no Município da Capital da Província, e com audiência dos Collectores, quando o inventário for feito em todos os outros Municípios.

Art. 4.º No Município da Capital o Procurador Fiscal por si e pelo Solicitador, a quem dará as instruções necessárias, e nos outros Municípios os Collectores por si e por seus agentes, assistirão a todos os actos da arrecadação e inventário para fiscalizarem a exactidão da descrição e avaliação dos bens, das declarações do inventariante, das despesas atendíveis e da certeza das dívidas ativas e passivas, e para requererem quanto convier à expedição do mesmo inventário e à bem da fazenda provincial.

Art. 5.º Os Juízes perante quem se proceder ao inventário e arrecadação dos bens dos fallecidos testados ou intestados, de que se deva pagar taxa, ou seja a requerimento das partes ou ex-officio, ordenarão previamente a citação e audiência do Procurador Fiscal do Município da Capital, e a dos Collectores em todos os outros Municípios, sem embargo nem prejuízo da assistência e promoção que pertença ao Promotor dos resíduos.

Art. 6.º Feito o termo do encerramento do inventário, se procederá à liquidação do quanto se deverá Fazenda Provincial, da taxa de heranças e legados, e pela importância desta taxa se contemplará a Fazenda Provincial como herdeiro para a respectiva partilha,—na qual lhe adjudicará o Juiz aquelas dos bens inventariados que forem de mais fácil venda, e tantos quantos chegarem e bastem para se poder realizar o pagamento em moeda corrente; devendo o Juiz preferir, sempre que for possível, lançar-lhe tras-
es de prata e ouro, e principalmente dinheiro para mais prompta realização do dito pagamento.

Art. 7.º Julgada a partilha por sentença, qualquer dos herdeiros contemplados nella poderá, dentro de cinco dias, oferecer-se a pagar a Fazenda Provincial o importe das taxas devidas, e neste caso, efetuando o pagamento em moeda corrente, dentro em três dias, por uma declaração ou additamento da primeira sentença se lhe adjudicarão os bens que à Fazenda Provincial se havião lançado em partilha, sem obrigação de pagamento de meia siza, nem outro algum imposto provincial. Esse pagamento da taxa por qualquer herdeiro que assim se oferecer, pode efectuar-se também em qualquer estado que esteja o inventario, logo que se possa direitamente liquidar o imposto, ou elle esteja liquido pelo testamento.

Art. 8.º Não havendo herdeiro que assim se ofereça ao pagamento, o Procurador Fiscal no Município da Capital, e os Collectores nos demais Municípios, tomarão conta dos bens lançados em partilha para o pagamento da Fazenda Provincial, e pondo-os no deposito publico, ou deixando-os em poder do inventariante, que fica desde logo responsável por elles como depositario judicial, requererão ao Juiz do inventario que os faça arrematar em hasta publica, para o que andarão em pregão nove dias os bens de raiz; e tres os moveis e semoventes; e recolherão o produto o Procurador Fiscal aos cofres do Thesouro, e os Collectores aos de suas respectivas Collectorias com todas as declarações necessarias relativamente à herança e legados a que pertence.

Art. 9.º As arrecadações, inventarios e partilhas, serão feitos pelos Juizes da Provedoria, e dos Orfãos e do Cível do Município onde estiverem os bens, conforme a legislação vigente; devendo sempre dar-se começo ao inventario dentro de trinta dias contados do fallecimento do testador ou possuidor dos bens; e a taxa devida á Fazenda Provincial será paga somente
na Collectoria do Municipio onde for feito o inventario e partilhas.

Art. 10. Se dentro de trinta dias se não tiver dado começo ao inventario e arrecadacao, os testamenteiros, administradores e cabeças do casal serão compelhidos em toda a Provincia, pelo Procurador Fiscal, a vir em faze-lo no Juizo privativo dos Feitos da Fazenda na Capital da Provincia, com pena de sequestro e removimento aos que a isso se negarem, e ahi se seguirão os termos expostos nos arts. 3.°, 4.°, 5.°, 6.°, 7.° e 8.°

Art. 11. Para execução do artigo antecedente deverá o Procurador Fiscal, no Municipio da Capital da Provincia, procurar por todos os meios ao seu alcance ter noticia de todas as heranças de fallecidos testados ou intestados, de que se devam taxas, para promover os inventarios e partilhas, e compelhír os que deixarem de cumprir as disposições da Lei e deste Regulamento, correspondendo-se com os Paroquios, Juizes de Paz e Subdelegados do Municipio, que serão obrigados a lhe fazerem participação dos que fallecerem e deixarem heranças examinando os cartorios dos Escrivães dos Juizes respectivos e os livros da distribuição todas as vezes que o julgar necessário; e praticando as mais diligencias que dentro de suas atribuições entender conducentes ao referido fim. O mesmo praticarão, nos outros Municipios, os respectivos Collectores, os quaes ficão obrigados: 1.° — a participar aos Juizes competentes quaes os testamenteiros, administradores e cabeças do casal que deixaram de dar começo dentro dos prazos do artigo 9.°, ao inventario e arrecadacao dos bens de que se deva taxa; 2.° — a requerer aos mesmos Juizes que mandem intimar as ditas pessoas para que o fação dentro de oito dias da intimação, sob as penas da Lei; 3.° — a comunicar ao Inspector do Thesouro Provincial os nomes dessas pessoas, que ainda depois da intimação, não tiverem procedido ao inventario e mais termos; devendo neste caso enviar com sua participaçao todos
os documentos, papeis e certidões que necessarias fo-
rem para poder ter lugar o procedimento do art. 10.

O Inspector do Thesouro remeterá logo para esse
fim ao Procurador Fiscal a comunicação dos Col-
lectores, com os documentos que as acompanham.
Quando os Collectores assim o não pratiquem, e o
Procurador Fiscal, sem que tenha tido lugar aquella
comunicação, e somente por informações de outrem,
proceder em conformidade do referido art. 10 deste
Regulamento, serão os mesmos Collectores suspensos
por dous a seis mezes, e sofrerão uma multa a bene-
fício da Fazenda Provincial, igual á porcentagem do
que se arrecadar durante o tempo da suspensão; ou
serão demitidos se se mostrar que não houve somente
negligencia da sua parte.

Art. 12. O que fica disposto nos artigos anteceden-
tes é extensivo a todas as arrecadações e inventários
actualmente pendentes, em que houver divida da taxa
de heranças e legados, e que não tiverem sentença de
partilhas passadas em julgado.

Art. 13. Dentro de trinta dias contados da data
da publicação deste Regulamento serão obrigados to-
dos os testamenteiros administradores e cabeças de
casal a satisfazer a taxa devida à Fazenda Provincial
das heranças e legados já inventariados e partilhados
antes da publicação do mesmo Regulamento, sob
pena de sequestro (Alvará de 2 de Outubro de 1811),
que será executado pelo Procurador Fiscal no Munici-
cípio da Capital da Provincia, e nos outros Munici-
píos pelos Collectores, os quais requererão sequestro
ao Juiz do lugar, e, feito elle, o remeterão ao Inspec-
tor do Thesouro para que sendo entregue ao Procu-
rador Fiscal se prosiga na execução perante o Juizo
privativo dos Feitos da Fazenda.

Art. 14. O pagamento devido a Fazenda Provin-
cial, das taxas de heranças e legados, inventariadas
e partilhadas depois da publicação deste Regulamen-
to, será feito d'ora em diante dentro do prazo de oito
dias contados da data da publicação da sentença da
partilha ou despacho da entrega, tenha-se ou não verificado o recebimento pelos herdeiros ou legatários. Pendo este prazo será elle promovido pelos meios executivos, pelo Procurador Fiscal e pelos Collectores, na forma do artigo antecedente, havendo o Procurador Fiscal as contas e precisas informações da Secção da Arrecadação do Tesouro Provincial e das Collectorias, que serão enviadas logo pelos Collectores conjuntamente com os competentes autos de sequestro.

Art. 15. Para prevenir a fraude que possa haver em prejuízo d'esta arrecadação e facilitar os meios da fiscalisação dessa, nenhum inventariante, administrador, ou cabeça de casal poderá alienar bens alguns do inventario por venda, troca, doação in solutum, doação simples, ou por outra qualquer transacção, senão depois de encerrado o inventario e feita a partilha julgada por sentença, e de ter pago a Fazenda Provincial a taxa que lhe é devida da herança ou legado; excepto aquelles bens cuja conservação seja manifestamente impossivel, e que devem ser alienados para evitar-se a sua perda: neste caso se impetrará licença do Juiz do inventario, o qual, com audiencia do Procurador Fiscal no Municipio da Capital, e dos Collectores nos outros Municipios, a poderá conceder, ordenando que a importância recebida por esta transacção fique depositada no deposito publico ou em poder do mesmo inventariante, como depositario judicial, lavrados os respectivos termos na forma das Leis existentes. O Juiz que transgredir este artigo será multado em cem a ducentos mil reis (100$000 a 200$000), segundo o valor dos objectos sobre que se effectuou a transacção; além das penas em que incorrer pela responsabilidade, e nas mesmas multas e penas incorrerão os Escrivães e Tabelliães que fizerem as escripturas ou papeis, e os Collectores que de taes transacções receberem os impostos: e a tal transacção ficará sendo nulla e de nenhum effeito.

Art. 16. Nenhum Juiz prorogará aos testamenteiros o prazo que lhe for marcado pelo testador para dar
contas do testamento, e não havendo prazo markedo pelo testador, nunca prorogará aquelle que se acha markedo na ord. do Livro 1.º, Tit. 62, § 2.º, salvo o caso do mesmo § 2.º da citada Ord. O Juiz que o contrario ordenar sofrerá a multa do art. antecedente, além das penas em que incorrer pela responsabilidade por ser ilegal e abusiva a pratica em contrario.

Art. 17. Nenhum testamento se mandará cumprir definitivamente, sem que seja primeiro apresentado na Collectoria do Municipio, e nelle se lance a verba da apresentação, assignada pelo Collector, sob pena ao Juiz que o ordenar, e ao Escrivão que o cumprir, de pagar cada um uma multa de cinquenta a cem mil reis (50$000 a 100$000), além daquella em que incorrerem pela responsabilidade. No Municipio da Capital esta apresentação será feita ao Inspector do Thesouro Provinzial.

Art. 18. Na Collectoria de cada Municipio se fará a escrituração de todos os testamentos que nella forem apresentados, inscrevendo-se em separado aquelles em que houverem herdeiros ou legatarios sujeitos á taxa, em um livro para esse fim especialmente destinado, o qual será aberto, numerado e rubricado pelo Inspector do Thesouro Provinzial, ou por qualquer Empregado deste, por elle para isso auctorizados.

Cada inscrição conterá o titulo, debito e credito do testamento:

§ 1.º O titulo constará do numero do testamento, nome do testador, sua profissão, dia do seu obito, lugar da sua residencia no tempo deste, e data da approvação, abertura e aceitação.

§ 2.º No debito serão designados os nomes dos herdeiros e legatarios, a natureza dos legados ou heranças por classes, com especificação do que consistir em dinheiro, apolices, acções, bens, moveis, semovientes e de raiz e outros effeitos que constem dos testamentos.

§ 3.º No credito serão lançados, pela ordem cronologica, os pagamentos da taxa do sello que effecti-
vamente se realisarem, com indicação e referencia à respectiva verba do debito.

Art. 19. Da mesma sorte se procederá a respeito dos inventarios e partilhas dos bens dos intestados, cujos herdeiros forem sujeitos à taxa, ordenando o Juiz nas sentenças que sejam os autos apresentados à Collectoria do respectivo Municipio para se proceder à inscripção, que se fará na forma do artigo antecedente, e que não se extraião formaes do processo, nem se entreguem às partes, ou se aceitem quitações judiciaes, em quanto nos mesmos autos não estiver lançada a verba da apresentação, sob as penas do art. 17, ao Juiz que deixar de o ordenar; e o Escrivão por cada inventario que deixar de remeter à Collectoria do Municipio para ser inscripto, pagará uma multa de duzentos mil reis (200$000) além da pena em que incorrer pela responsabilidade.

Art. 20. As guias passadas pelos Escrivães dos Juizos, perante quem se fizerem os inventarios, ou se derem contas testamentarias para o pagamento do imposto deverão conter o anno do falecimento do testador, ou abin testato, natureza da herança ou legado, e a declaração do grao de parentesco do herdeiro, além das outras que ordinariamente se fazem.

Art. 21. Sempre que se houver de apresentar louvados por parte da Fazenda Provincial, devem elles ser nomeados no Municipio da Capital da Provincia, pelo Procurador Fiscal, e nos outros Municipios pelos Collectores, nos casos de avaliação dos bens dos inventarios.

Art. 22. A Secção da Arrecadação, no principio de cada semestre, remeterá ao Procurador Fiscal da Fazenda Provincial um extracto das inquirições dos testamentos que se houverem feito no trimestre anterior para que este possa proceder as diligencias que lhe incumbe este Regulamento, procedendo os Collectores nos outros municipios aquellas que são de sua competencia.
Art. 23. São isentos do pagamento do imposto das taxas de heranças e legados:
§ 1.° As heranças e legados deixados à Santa Casa da Misericordia, aos Expostos e aos Recolhimentos, como fazendo parte integrante daquelle Instituto (Alvará de 28 de Setembro de 1810).
§ 2.° Os premios ou legados deixados aos testamenteiros, que não excederem a vintena testamentaria (Resolução de 1.° de Julho de 1817).
§ 3.° As heranças ou legados consistentes em apolices de fundos públicos e seus juros (Lei de 15 de Novembro de 1827).
§ 4.° As heranças e legados consistentes em uso fructo (Lei Provincial n.° 291, art. 1.° § 2.°)

Art. 24. No caso de indivisibilidade dos bens da herança ou legado observar-se-ha o disposto no art. 19 da Lei Provincial n.° 234, sem prejuízo do disposto no art. 14 deste Regulamento; em caso de haverem dívidas activas será feito quinhão da Fazenda na forma do art. 20 da mesma Lei Provincial n.° 234 para ser a respectiva taxa cobrada executivamente.

Art. 25. A importância das multas impostas por este Regulamento será aplicada à Fazenda Provincial como parte de sua renda, e será exigida pelo Procurador Fiscal e pelos Collectores nos seus respectivos Municípios perante a Autoridade competente.


Palacio do Governo do Maranhão em 15 de Junho de 1852.

Eduardo Olimpio Machado.

Conforme.

O Secretario interino,

João Rufino Marques.

REGULAMENTO.

PARTE 1.º

DA CONTABILIDADE POR EXERCÍCIO.

Art. 1.º - A contabilidade do Tesouro Público Provincial, e mais Repartições de recebimento e despesa, que lhe são subordinadas, será por exercício, como já se acha em prática.

Art. 2.º - Chama-se um exercício o tempo, a que são afectos os créditos abertos por uma Lei de Orçamento, e que se prolonga (segundo o ano financeiro) desde o 1.º de Julho de cada ano até o último de Junho do ano seguinte.

Art. 3.º - São pertencentes a um exercício somente as operações relativas aos serviços feitos, e aos direitos adquiridos ao Estado, e á seus credores dentro do ano, que dá seu nome ao exercício.

Art. 4.º - Cada exercício tomará seu nome do ano regido pela Lei, que nela se executar; e terá seu jogo distincto e particular de livros, onde serão exclusivamente assentadas todas as transacções de receita e despesa, que lhe forem pertencentes.

Art. 5.º - Findo o ano do exercício (Junho) continuará no Tesouro Provincial por 9 meses, e nas Repartições subalternas por mais seis meses, abertos os créditos, e os livros do exercício, tanto para complemento das operações relativas á cobrança do resto da receita, liquidação e pagamento do resto da despesa, como para a competente escr ipturação; exceptua-se a receita que se arrecadar no Tesouro de Janeiro de
cada anno em diante pertencente a esse exercício ou aos anteriores, cuja escrituração se fará nos livros do exercício então corrente, sob o título de “Divida activa” como dispõe o art. 14.

Art. 6.° Durante esse tempo nenhum outro serviço, que não sejão os effectuados até Junho (art. 3.°) poderá ser pago em virtude da Lei, cujo anno tiver acabado, salvo se lhe estiverem aplicados creditos e fundos especiais,—porque neste caso não terão interrupção sem Lei ou ordem da Presidencia, que assim o determine.

Art. 7.° São creditos especiais os decretados para pagamento de exercícios findos, ou de outras despezas extraordinarias, que não tenham a natureza das annuaes ou permanentes.

Art. 8.° Terminados os seis mezes acima (31 de Dezembro de cada anno) será o exercício encerrado nas Repartições subalternas, as quaes fechando todas as contas escrituradas em seus livros, verificando os saldos, suas espécies, restos a arrecadar, lavrarao os respectivos termos, e remeterão—tudo immediatamente ao Thesouro Provincial.

Art. 9.° O Thesouro Provincial no prazo de Janeiro a Marco, alem das operações de que tractão os arts. 5.° e 6.° fará liquidar e escriturar todas as contas e saldos remetidos das Repartições subalternas, e encerrará o exercício definitivamente no ultimo de Março pelo modo determinado no art. 8.°, accrescendo a verificação dos restos a pagar.

Art. 10.° Todos estes saldos, e bem assim os restos a arrecadar do exercício findo, serão transportados para o que então estiver em andamento, ou para pagamento do seu atrasado passivo, ou para augmento dos recursos, que por ventura faltarem no corrente, debitando-se as espécies, isto é, a Caixa, Letras, Divida activa etc., e creditando-se a conta de Exercícios findos. Igualmente serão transportados os restos a pagar, debitando-se a conta de “Exercícios findos” e creditando-se a de “Divida passiva.”
Art. 11. Os créditos que não tiverem sido empregados dentro do ano da Lei do orçamento, que regem o exercício, em consequência de economias sobre os serviços, ou porque estes exigissem menos do que importavam as despesas, ou por não terem tido aplicação alguma ficarão definitivamente annullados, e não passarão para outro exercício, e os que forem efectivamente empregados, mas não pagos até a data do encerramento do exercício por falta de fundos, ou porque os credores não procurassem seu embolso, ou por qualquer outro motivo, assim como aquelas a que estiverem destinados fundos especiais, serão transportados para o exercício seguinte.

Art. 12. Não obstante esse transporte não se poderá fazer pagamento algum por conta do exercício findo sem nova ordem da Presidencia. Taes ordens porém só terão vigor até o dia do encerramento do exercício, para o qual se tiver transportado os créditos do anterior e encerrado que seja deverão as ordens ser reformadas, e assim por diante até a época da prescrição (se então já estiver determinada pela Assembleia Legislativa Provincial) em que ficarão definitivamente annulladas.

Art. 13. As ordens acima serão cumpridas pelos fundos do exercício em andamento de que trata o art. 12, até a importância dos créditos e saldos transportados; e as que excederem os créditos ou saldos transportados só serão cumpridas havendo para o respectivo pagamento algum credito supplemental concedido pela Assembleia Provincial.

Art. 14. Tudo quanto se arrecadar do 1.º de Janeiro de cada ano em diante pertencente a exercícios findos, se escrutinará nos livros do exercício imediatamente posterior ao que se houver de encerrar definitivamente em Março, creditando-se a conta de—Dívida activa—; por exemplo, a dívida activa do exercício de 1851 a 1852 e anteriores, que se arrecadar desde o 1.º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1853, se escruturará nos livros de exercício de 1852 a 1853, e assim por diante.
Art. 15. A importância dos pagamentos efectuados na conformidade dos arts. 12 e 13 a credores do exercício ou exercícios findos será levada no débito da conta de—Divida passiva—; e debaixo desta rubrica pedir-se-ha—em todos os futuros orçamentos um crédito sem quantia definida, que será comprehendido no Balanço entre os créditos legislativos com sua despesa própria.

Art. 16. Depois do encerramento definitivo do exercício proceder-se-ha no Thesouro Provincial ao respectivo Balanço que será remetido à Presidência até 15 de Junho de cada anno, afim de ser apresentado á Assembléa Legislativa Provincial. Este Balanço, ou conta geral do exercício, compreenderá não só toda a receita e despesa realizada, e por realizar por conta do exercício, exactamente comparada em cada um de seus artigos com os correspondentes da Lei do orçamento, como também um quadro especial que apresente para cada um dos exercícios findos os créditos annullados, ou transportados, as dívidas que fizerão objecto de créditos complementares, e finalmente os pagamentos efectuados por conta até o termo da prescrição, se por ventura já estiver determinado.

Art. 17. Se em um exercício houverem despesas urgentes a fazer para as quais não haja sufficiente receita própria, o Inspector do Thesouro Provincial poderá ordenar um suprimento pelos fundos do exercício anterior. Este suprimento será restituído pelo exercício suprido antes do encerramento do exercício supridor; e quando aquelle não tenha fundos bastantes para inteira indemnização, proceder-se-ha no que for aplicável na conformidade das Instruções do Governo Geral n. 262 de 30 de Dezembro de 1850.

PARTE 2.ª

DAS ATRIBUIÇÕES DAS SECÇÕES.

Art. 18. A’ 1.ª e 2.ª Secções do Thesouro Público Provincial, creadas pelo art. 13 do Regulamen-
to de 23 de Fevereiro de 1848, competem as seguintes atribuições.

Art. 19. A 1. = Secção, que tem á seu cargo a Escripurcação, compete:
§ 1. = Escripurar todos os livros de Receita e Despeza e os Auxiliares, e fazer o assentamento de todos os próprios provincias.
§ 2. = Organizar o Balancete da Receita e Despeza mensal para ser apresentado à Junta em sessão no principio do mez seguinte; assim como os Balanços e Orçamentos que hão de enviar annualmente à Assembleia Legislativa Provincial.
§ 3. = Fazer o assentamento de todos os Empregados Provinciaes, e organizar em Livros rubricados pelo Inspector as folhas anuais dos seus respectivos pagamentos, segundo o sistema do Regulamento Geral n. 225 de 20 de Junho de 1840.
§ 4. = Calcular e reconhecer á vista das mesmas folhas recolhidas da Thesouraria, os ordenados do Exercício findo que não houverem sido pagos.
§ 5. = Examinar todos os documentos, com que se pretenda haver alguma somma do Thesouro Provincial, e que só poderão obter despacho de pagamento em sessão da Junta.
§ 6. = Abrir contas correntes com as diversas Estações arrecadadoras, e com os diferentes devedores, debitando as primeiras pela importância das rendas á seu cargo; e a estes pelas quantias que deverem, e creditando-os pelos pagamentos feitos e entrados na Thesouraria.
§ 7. = Fazer a liquidação de toda a Divida Activa e Passiva da Provincia, escripturar em contas correntes a que estiver liquidada e se for liquidando, segundo os modelos annexos ás Instruções do Ministério da Fazenda de 10 de Dezembro de 1851.
§ 8. = Extrair dos Livros e documentos á seu car

}
§ 9.° Propor ao Inspector as medidas que julgar convenientes a bem da Fazenda Provincial, e dos trabalhos da sua secção.

Art. 20. A’ 2.° Secção, que tem por dever o ajustamento das contas, compete:

§ 1.° Tomar contas a todas as pessoas e Estações, que arrecadão e despendem dinheiro na Provincia, para que se lhes dé quitação, se estiverem as suas contas exactas, e se proceda contra ellas, no caso contrario, ou quando houver desperdício ou mão emprego desses dinheiro.

§ 2.° Fornecer ao Inspector todas as informações de que precisar.

§ 3.° Examinar toda a escrituração das Estações subalternas, propondo o meio de corrigir os erros que nella se encontrar, e verificar a exactidão das folhas de despesa, que forem remetidas ao Thesouro Provincial para ahí se fazerem os pagamentos.

§ 4.° Examinar e verificar as guias de entrada de dinheiro na Thesouraria, notando os defeitos e irregularidades que em sua organização houver; assim como as contas que ao Thesouro remetem as Estações de arrecadação e pagamento.

§ 5.° Examinar, censurar e processar, no que diz respeito à Receita e Despeza, os Balanços, documentos e contas, que ao Thesouro forem apresentados pelas Estações, para prevenir e evitar qualquer abuso ou mão emprego dos dinheiro da Fazenda.

PARTE 3.°

DA MARCHA QUE SE DEVE OBSERVAR NAS ENTRA-DAS E SAHIDAS DE DINHEIROS.

Art. 21. A ordem da escrituração, na entrada e sahida dos dinheiro, será regulada pela maneira seguinte:

Art. 22. Qualquer pessoa, que tiver de entregar dinheiro ou outro algum valor no Thesouro Publico
Provincial, irá primeiro à secção de contas para ahi examinar-se a guia, certidão ou título de entrega em forma legal, isto é, se traz todas as declarações necessárias para a boa escripturação, entregando-se-lhe outra vez com a nota de conforme—F—, ou com as indicações da reforma, que se deva fazer, segundo o estado em que for achado.

Art. 23. No primeiro caso a parte fará logo entrega do dinheiro ao Thesoureiro; e da guia ou título que acompanha a entrega ao Escripturario encarregado do Livro Caixa e Auxiliares; e este, depois de feitos os lançamentos necessários, lhe dará um conhecimento cortado do Livro de talão, que sendo assignado pelo Thesoureiro e Escripturario, lhe servirá em todo o tempo de prova e quitação daquella entrega.

Art. 24. No segundo caso a parte reformará logo o título da entrega, conforme as indicações do Chefe da secção; feita a reforma e obtida a nota de—conforme—praticará o que acima fica disposto para efeitar a entrega, e haver o seu conhecimento em forma regular.

Art. 25. No caso de não se poder fazer a reforma do título, conforme as indicações, do mesmo dia, será recolhido o dinheiro em depósito, pelo Thesoureiro, na caixa respectiva, até que se apresente o título reformado e conformizado; e ávista do qual se fará a passagem daquella caixa para a que pertencer.


Art. 27. Os pagamentos que se houverem de fazer no Thesouro Provincial devem ser sempre precedidos de ordem ou despacho do Presidente da Provincia. em sessão da Junta ou do Inspector, quando este presidir a Junta. As ordens ou despachos do Presidente devem ser rubricados ou contra’assignados pelo Inspector, e os deste pelo Chefe mais antigo das secções; os títulos ávista dos quais se houver de efectuar o paga-
mento, declararão os artigos a que se vão aplicar os fundos a receber.

Art. 28. Só depois de observadas as formalidades prescritas nos artigos antecedentes, poderão ser recebidas pelo Thesoureiro da parte, ou a ella paga a quantia constante dos títulos de Receita e Despeza. Tratando-se do pagamento, a parte assignará a carga no Livro-caixa, e o Escripturario encarregado de sua escripturação dar-lhe-哈 uma nota por elle rubricada, declarando a quantia, natureza da despeza e o dia do pagamento, em vista da qual o Thesoureiro satisfará sua importância.

Art. 29. Todas as contas, em virtude das quaes tem lugar o pagamento de despeza, serão conferidas na secção de contas por um official, e revistas pelo Chefe, antes de effetuar-se o pagamento, sem o que deixarão de ser cumpridas pelo Thesoureiro.

Art. 30. Logo que o Escripturario encarregado do Livro caixa e auxiliares receber as guias, certidões, ordenes, despachos, conhecimentos ou outros quaesquer títulos de Receita ou Despeza, e tiver carregado as quantias no debito, ou no credito do Thesoureiro, os remeterá ao Chefe da 1.ª Secção, e tendo-lhe antes apontado nas costas o nome, artigo e folha do livro em que fez o assentamento. E este Chefe os passará aos Escripturarios a quem competir a escripturação do Diario e Livro-Mestre e seus auxiliares, os quaes, depois de abrirem os necessarios lançamentos e assentar-se-lhes nas costas as verbas indicativas dos artigos e folhas, os devolverão ao mesmo Chefe.

Art. 31. Todos os documentos, referidos no artigo antecedente, serão arquivados e guardados pelo Chefe da 1.ª Secção, em poder do qual ficarão durante o exercicio a que elles pertencerem: findo o qual o dito Chefe os entregará ao cartorio, em vista de uma relação assignada por ambos, depois de conferidos os documentos constantes della.

Art. 32. A relação de que tracta o art. antecedente será feita em duplicata; ficando uma no cartorio, e outra em poder do Chefe da 1.ª Secção.
PARTE 4.

Da maneira porque se devem tomar as contas.

Art. 33. O exame e revisão de qualquer contas de Receita consiste em averiguar dos documentos, ou dos Livros, com que ella tiver alguma relação:

1.º Se a conta considerada arithmeticamente está certa ou tem algum erro.

2.º Se considerada em relação com as Leis, é ou não satisfactoria, isto é, se a renda, de que tracta, é ou não auctorizada por Lei e ordens de auctoridade competente.

3.º Se ella foi ou não arrecadada no devido tempo, ou se nisso houve alguma omissão e porque houve.

4.º Se ella foi retida nas mãos dos recebedores mais tempo do que permite a Lei, ou se nos prazos legaes foi remettida e efectivamente entregue no Tesouro Provincial.

Art. 34. O exame ou revisão das contas de despeza consistirá em averiguar dos documentos juntos, ou dos livros, que com ellas tiverem alguma relação:

1.º Se a conta, considerada arithmeticamente está certa ou errada, tanto no calculo do que se recebeo, como no que se despendeu.

2.º Se ella sofre a comparação das Leis, que regulão as despezas, isto é, se erão auctorizadas por Lei e ordem de auctoridade competente, e se essas Leis e ordens forão excedidas.

3.º Se forão feitas em seu devido tempo, ou se nisso houve alguma fallencia ou crime, e qual foi elle.

4.º Se erão ou não necessarias, e realmente se fizerão, ou se são inteiramente ficticias.

Art. 35. Além d’estes exame nas contas, tanto de Receita como de Despeza, se averiguará e declarará se ella foi ou não apresentada no seu devido tempo, e neste ultimo caso se ha alguma ração justificativa desta omissão.

Art. 36. As observações relativas á certeza ou erros
arithmeticos das contas serão feitas em papel sepa-
rado d’aquelle que deve conter todas as mais observa-
ções, as quaes afinal serão todas resumidas em um
relatorio, que sirva de baze à resolução da Junta.

Art. 37. Os Empregados encarregados de tomar e
rever qualquer conta são auctorizados não só a ouvir
o responsavel por ella e outras quaesquer pessoas, to-
das as vezes que assim for mister, para esclarecimen-
to dellas; como tambem a requisitar de qualquer es-
tação documento para o mesmo fim, por intermedio
do Inspector.

Art. 38. O Empregado, que examinar a conta, a
assignará antes de entregar-a ao Chefe da Secção; e
este depois de revel-a a assignará e apresentará ao
Inspector.

Art. 39. Não obstante a resolução da Junta, poder-
se-ha proceder a uma nova revisão da conta, ou ex-of-
ficio ou a requerimento do Fiscal, se acharem novos
documentos; e igualmente haverá lugar a uma nova
revisão, toda a vez que se descubra, pela verificação
de outras contas, erro, falsidade, dolo, duplicata, omis-
são ou mão uso dos dinheiros publicos na primeira; e
esta será feita debaixo da immediata direcção e fisca-
lisação do Inspector.

Art. 40. Todos os documentos apresentados para
a tomada, exame e revisão de alguma conta serão gol-
peados pelo Empregado que os examinar, ao passo
que os for vendo, se os julgar legaes.

Art. 41. A conta de cada recebedor ou pagador de-
ve ser formalizada, a maneira de uma conta corrente;
do lado esquerdo estará a relação das quantias rece-
bidas; e do outro das quantia entregues ou despendi-
das, referindo-se cada parcella, tanto do—Deve—como
do—Haver—o numero da guia, conhecimento, recibo
ou livro de talão, que a approva e sustenta.

Art. 42. Depois de julgadas e approvadas as con-
tas, em sessão da Junta, serão remetidas à secção de
Escripturação, para as lançar no Livro de contas cor-
rentes; abertas a todos os recebedores, collectores, pa-
gadores ou devedores da Fazenda Provincial, com indicação do tempo a que as despesas se referem, e data do despacho que as approvou.

PARTE 5. a

DO MODO DE ESCRIPTURAR OS LIVROS.

Art. 43. Para a escripturação do Thesouro Público Provincial haverá os livros seguintes:

Livro de escripturação central dos rendimentos auctorizados, liquidados e cobrados.
Dito da escripturação central das despesas auctorizadas, liquidadas e pagas.
Caixa de moeda effectiva.
Dito de letras a receber.
Dito de letras a pagar.
Dito de deposits e canções.
Dito de varios objectos.
Livro de contas correntes com os Collectores e mais Recebedores.
Dito de contas correntes com os Administradores de Obras.
Dito de contas correntes com os diversos devedores e credores.
Dito de contas das execuções á cargo do Juizado.
Dito da inscripção dos Proprios provinciais.
Dito do assentamento das obras publicas.
Dito do assentamento dos Empregados Provinciais.

Art. 44. Além destes livros haverá mais os que se julgarem necessários para melhor desenvolvimento da escripturação e contabilidade.

Art. 45. Ao Inspector do Thesouro Provincial incumbe propor ao Tribunal Administrativo da Fazenda Provincial os modelos e método de escripturar os livros.

Art. 46. Emquanto não for alterado o sistema de escripturação se seguirá o mesmo método e modelos actualmente adoptados.
Art. 47. Logo que forem maiores as transações do Thesouro Provincial, e suas rendas pregredirem, reconhecendo-se a necessidade de melhorar a sua escripturação, seguir-se-á o sistema de escripturação por partidas dobradas, para o que se crearão os livros Diário, Mestre, e Auxiliares, que se julgarem precisos.

Art. 48. A escripturação do Diário e Livro Mestre—será feita diariamente lançando-se as operações pela ordem chronológica, e a medida que se forem realizando. Estes livros poderão ser escripturados por qualquer official da 1.ª Secção, que for habil em partidas dobradas, debaixo porem da direcção e responsabilidade do Chefe della.

Art. 49. A Receita será representada no Diário e Livro Mestre por títulos gerais, os quais são os seguintes:

§ 1.º Rendimentos auctorisados á orçamento geral. Esscriptura-se a importância em que estiver orçado na Lei do orçamento o artigo de receita respectivo.

§ 2.º Logo que se receber na Repartição o título ou documento da Receita. Rendimento liquidados a Rendimentos auctorisados. Pela importância que houver sido liquidada pertencente á essa Receita conforme o respectivo documento.


§ 4.º Na occasião em que derem entrada na Repartição as Tabellas da receita efectiva. Rendimentos cobrados a Rendimentos liquidados. Esscriptura-se a importância dos rendimentos cobrados constantes das guias de receita.

§ 5.º Quando se verificar a existência de alguma falha de cobrança. Falhas a Rendimentos liquidados. Pela fallência de cobrança que se houver justificado.

§ 6.º Na occasião em que se encerra o Exercicio. Restos a receber á Rendimentos liquidados. Orça-
mento geral a Diversos, na forma seguinte: á Rendimentos auctorizados á Rendimentos cobrados á Falhas; á Restos a receber. Pela importância dos saldos das respectivas contas, a saber: pelos que não puderão liquidar-se; pelos que entraram nos cofres; pelas fallencias que tiverão lugar; pelas sommas que se transferirão a novo exercício.

Art. 50. A Despeza será representada por títulos geraes, que são os de que se comover a Lei do orçamento respectivo, ou de quaisquer outras Leis especiais, que abrirem crédito ao Governo da Provincia: os títulos serão os seguintes:

§ 1.º Orçamento geral da Despesa à despesas auctorizadas. Importância das despezas auctorizadas pela Lei do orçamento da Provincia.

§ 2.º Quando se recebem os documentos de Despeza. Despezas auctorizadas a Diversas, que são: Despezas pagas; Annullação de Despezas; a Despezas liquidadas. Importância de despezas liquidadas e pagas; bem como as annullações, constantes dos respectivos documentos.

§ 3.º No fim do anno financeiro. Diversos (que são todas as contas credoras) à Balanço de sahida. Balanço de sahida à Diversos (que são todas as contas devedoras.) Importância das sommas de todas as contas devedoras e credoras da gerencia de um anno financeiro.

§ 4.º No fim do exercicio por balanço de contas. Diversos, que são: Despezas auctorizadas; Despezas liquidadas; Despezas pagas à Orçamento geral da Despeza. As que estiverem por liquidar; as que estiverem pagas; as que não se houverem satisfeito.

Art. 51. Alem dos títulos mencionados haverá mais, não só os das contas geraes prescriptos pelo sistema mercantil, que forem necessarios, como também os de—Creditos Annullados—Creditos transportados—Deficiencia de creditos—E os mais que exigirem o desenvolvimento da Escripturação.

Art. 52. Estas contas de Receita e Despeza serão miudamente classificadas nos seus correspondentes livros Auxiliares.
DISPOSIÇÕES GERAIS.


Art. 54. Os principaes Livros do Tesouro Provinçial serão rubricados pelo Inspector: todos os mais sel-o-hão pelos Empregados que elle commissionar.

Art. 55. Os papeis e livros foundos, que estão á cargo do Cartorário, serão numerados, archivados e classificados de maneira que facilitem todos os exames que for necessário instituir nelles.

Art. 56. Nenhum empregado poderá entrar em folha e ser pago, sem que tenha apresentado o seu título ou nomeação no Tesouro Provinçial, para proceder-se ao competente assentamento, o qual também não se fará, sem que conste que o Empregado pagou qualquer imposição a que está sujeito.

Art. 57. O Thesoureiro é obrigado a apresentar á Junta, na primeira sessão de cada semana, o Balance do cofre da semana anterior.

Art. 58. Logó que os Collectores e mais empregados encarregados da arrecadação e despendio dos dinheiros publicos remettem as contas e Livros de sua gestão no Exercício findo se procederà na respectiva Secção á tomada das suas contas.

Art. 59. O Inspector, na ultima hora do trabalho, examinará o estado dos livros, e poderá reter, além das horas ordinarias, todos aquelles Empregados, que não tiverem concluido o seu trabalho do dia até que o acabem.

Palacio do Governo do Maranhão em 1.º de Julho de 1852.

EDUARDO OLIMPIO MACHADO.

Typ. da—Temperança.—1853.